



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA
BACHARELADO EM HUMANIDADES
INSTITUTO DE HUMANIDADES**

FRANCISCO ILDERLÂNIO BEZERRA DE ALMEIDA

O CÃO E A PALAVRA: DA CARCERIDADE À LIBERDADE

ACARAPE - CE

2025

FRANCISCO ILDERLÂNIO BEZERRA DE ALMEIDA

O CÃO E A PALAVRA: DA CARCERIDADE À LIBERDADE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Proença Lopes.

ACARAPE - CE

2025

AGRADECIMENTOS:

Gostaria, acima de tudo, de agradecer aos meus pais, que sempre prezaram - e ainda prezam - pela minha educação de qualidade e por sonharem comigo a realização deste momento.

Agradeço à minha irmã, pela sua imagem e voz potentes, e por todas as vezes em que me ensinou aquilo que eu julgava tedioso sobre o sistema jurídico, mas que hoje reconheço como essencial para a construção deste trabalho. Ela é uma real advogada.

Agradeço à minha melhor amiga, que não mediu esforços e me mostrou, inúmeras vezes, como dois corpos negros pensando e agindo juntos são potentes. Gratidão por todas as incontáveis demonstrações de afeto.

Agradeço aos meus amigos, amigas e amigues do SINDIBIA. Nossas trocas foram essenciais para que eu entendesse a força da minha escrita neste projeto. Obrigado por todas as orientações e ajudas quando eu parecia ruir; vocês sempre tinham uma palavra de conforto e, muitas vezes, contribuíram profundamente para o meu aprendizado. Vocês são mágicas, meninas. Amo vocês.

Agradeço a Ogum. Ogunhê. Patacori, Ogum. Ogum abre caminho. Ogum foi meu escudo e minha espada durante esta escrita.

Agradeço à Exu Mulher que habita em mim. Laroyê, Dona Pomba Gira. Sua força foi essencial para o meu desenvolvimento humano e acadêmico. Levo comigo cada palavra e cada gargalhada dada nas encruzilhadas da vida.

Gratidão à minha mãe de santo e a toda a ancestralidade que me guia, me acolhe e me conforta em meio ao caos, dentro do terreiro Casa São Jorge. Axé a todos.

Agradeço ao meu orientador, por ter aceitado seguir esta jornada comigo e por me guiar da melhor maneira possível. Leandro Proença, a você dedico todo o meu apreço e admiração. É indescritível o afeto que construí por você através das nossas trocas. Obrigado por ser um professor excelente, que me ensinou o verdadeiro desejo pela educação/liberdade.

Gratidão aos meus amigos e amigas internacionais que cruzaram meu caminho durante a formação, em especial minhas amigas são-tomenses, com quem construímos juntos, uma universidade verdadeiramente integrada.

Meus agradecimentos à primeira pedagoga trans de Chorozinho, Melyssa Ribeiro. Não consigo contar as vezes em que você foi minha base no nosso ambiente de trabalho e na vida. Você é única. Verdadeiramente, uma grande amiga.

Aos meus avós - aos que conheci e aos que não tive a oportunidade de ver em vida -, minha gratidão eterna. Adorei as almas. As almas adorei.

Dedico aos meus que se foram, levando em suas entranhas o silêncio imposto pelo colonialismo. Dedico também aos que aqui permanecem, tecendo a vida com vozes, choros e risos de alegria que o mundo insiste em não ouvir. A eles, minhas palavras, meus gestos, meus sentimentos e devaneios que tentam suturar os sintomas de uma prisão imposta.

in memoriam - meus avós

“Viver passou a ser uma questão de evitar a dor a qualquer custo. Numa espécie de encarceramento voluntário, você vai sendo acossado dia após dia pelo medo do desconforto.”
Jeferson Tenório, O avesso da pele, 2020.

RESUMO:

O presente ensaio é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, e se propõe a analisar, através de uma escrita pessoal que dialoga com conceitos e teorias, como o racismo estrutural, a colonialidade e o encarceramento em massa atravessam as trajetórias de pessoas negras; a minha trajetória e a da minha família são o ponto de partida para uma análise estrutural desses temas. Meu objetivo principal é compreender de que modo essas violências impactam identidades e subjetividades, produzindo efeitos sociais, emocionais e educacionais que se estendem para além da prisão física. Para desenvolver o trabalho, utilizo uma escrita ensaística, às vezes poética e autoetnográfica baseada na escrevivência, articulando minhas memórias pessoais, minhas vivências familiares, sobretudo aquelas atravessadas pelo sistema penitenciário, e minhas experiências formativas ao longo da minha formação na UNILAB. Busco, assim, aprofundar discussões sobre interseccionalidade e sobre as estruturas de controle e silenciamento que organizam a vida de pessoas subalternizadas, concentrando-me nos efeitos do cárcere sobre quem, como eu e muitos outros, não está preso, mas vive sob as consequências do encarceramento. A partir dessas reflexões, apresento o conceito de *carceridade*, que proponho como a extensão do aprisionamento para dimensões familiares, comunitárias e simbólicas do indivíduo marginalizado durante e depois do cárcere. Concluo que a educação como prática de liberdade torna-se um dos principais caminhos para romper esse ciclo e reconstruir pertencimentos historicamente negados, fortalecendo em mim, e em nós, o desejo negro de aprender e existir de forma plena.

Palavras Chaves: Escrevivência; Encarceramento em Massa; *Carceridade*; Racismo Estrutural; Educação Libertadora.

ABSTRACT:

This essay is a Final Course Work for the Interdisciplinary Bachelor's degree in Humanities, and aims to analyze, through personal writing that dialogues with personal letters and theoretical concepts, how structural racism, coloniality, and mass incarceration traverse the life trajectories of Black people - including my own and that of my family members. My family's experience and my own serve as the starting point for a broader structural analysis of these themes. My primary objective is to understand how these forms of violence impact identities and subjectivities, producing social, emotional, and educational effects that extend far beyond physical imprisonment. To develop this work, I employ essayistic, poetic, and autoethnographic writing grounded in *escrevivência* - a Black epistemological methodology - weaving together my personal memories, my family experiences - especially those marked by incarceration - and my formative experiences in the Humanities program at UNILAB. In doing so, I seek to deepen discussions of intersectionality and of the structures of control and silencing that organize the lives of subalternized peoples, focusing specifically on the effects of carcerality upon those who, like me and many others, are not imprisoned but live with the consequences of mass incarceration. From these reflections, I present the concept of *carcerality* (Portuguese: *carceridade*), which I understand as the extension of imprisonment into the familial, communal, and symbolic dimensions of marginalized individuals during and after incarceration. I conclude that education, when practiced as a methodology of freedom and liberation, becomes one of the primary pathways to interrupting this cycle and reconstructing forms of belonging historically denied to Black peoples, strengthening in us the collective desire to learn and to exist in fullness.

Keywords: *Escrevivência*; Mass Incarceration; *Carcerality*; Structural Racism; Liberatory Education.

LISTA DE SIGLAS

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

BAMUC - Banda de Música Municipal de Chorozinho

BHU - Bacharelado em Humanidades

CCJ - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DO SENADO

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

ECI - Estado de Coisas Inconstitucional

EJAI - Educação de Jovens, Adultos e Idosos

FNB - Frente Negra Brasileira

GOV - Governo Federal do Brasil

LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e outras identidades

MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

MST - Movimento Sem Terra

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PT - Partido dos Trabalhadores

STF - Supremo Tribunal Federal

TEN - Teatro experimental do Negro

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC - Universidade Federal do Ceará

UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

I: CARTA DO CONDENADO CÃO	09
II: A LEITURA DE MUNDO NOS LEVA AO CENTRO	16
III: A PALAVRA QUE FERE E CURA	20
IV: TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO	26
V: DIÁRIO DE UM FILHO DE DETENTO.....	37
VI: O QUE SOBROU DE NÓS?	49
VII: SUBALTERNOS E A EDUCAÇÃO DE SANGUE	61
VIII: SUBALTERNOS E A EDUCAÇÃO DO DESEJO.....	71
REFERÊNCIAS	74

I: CARTA DO CONDENADO CÃO

20 de novembro de 2025

Para você, leitor ou leitora, que me lê como um condenado,

Quero começar dizendo que serei breve nessa carta - tão breve como normalmente é a vida da pessoa negra. O breve dito aqui, leitor(a), não é como o de um pequeno momento feliz com a sua família, ou um até breve dito ao seu companheiro depois de jantarem juntos. Falo breve porque é o tempo que nos sobra; quer dizer, uma vida rápida, invisível e silenciosa que leva o condenado cedo demais. Sendo assim, não revelarei minhas angústias por completo a você nessa carta. Posso adiantar que minha avó materna desencarnou no ano de 2020 e levou consigo parte da harmonia de nossa família. Passou parte da vida submersa nas mazelas que o mundo construiu para a mulher negra: casou cedo, criou filhos, viu alguns morrerem, e veio embora do Sertão Central, Solonópole, sua terra, na década de 80, e ancorou em Chorozinho, região metropolitana de Fortaleza, Ceará. Já meu avô, seu esposo, desencarnou quando eu ainda estava na barriga da minha mãe, vítima de um atropelamento, enquanto fazia sua caminhada matinal. Não mereciam partir assim, tão breve. Mesmo idosos, não tiveram uma vida plena, uma vida que não fosse difícil, nem uma velhice que fosse, de fato, vivida de forma plena. As pessoas negras anciãs sempre terão um lugar especial no meu coração e espero que no seu também, leitor(a). Elas viram o mundo sob uma perspectiva diferente e espero que você entenda um pouco do mundo sob o seu ponto de vista. Em meio a todas as angústias, dores, afetos e desafetos que busco traçar a partir das teorias aprendidas durante a minha caminhada pela universidade, a dor da perda foi a escolhida para lhes dizer o que talvez já seja óbvio demais: um dia nossa matéria será somente osso e, até lá, é uma batalha. Um enfrentar leão todos os dias. Uma guerra a ser vencida, Ogum¹ diria. Somos livres para acreditarmos no que quisermos acreditar, leitor(a), e eu poderia ser pessimista ao ponto de não abraçar a vida após o desencarne e de aceitar que ao fecharmos os olhos diante do óbito, o mundo acabaria para nós; mas estaria indo contra os meus princípios, contra tudo que construí e aprendi dentro do Terreiro² Casa São Jorge conversando com a minha ancestralidade. Acredito, portanto, que minha avó está vivendo em paz em meio ao infinito. É uma dádiva, pois quando se morre uma anciã negra, nasce uma ancestral. Isso é filosofia

¹ Ogum é um orixá de origem yorubá, ligado à guerra, ao ferro, à tecnologia, à coragem e à abertura de caminhos, cultuado em religiões afro-brasileiras como a Umbanda e o Candomblé.

² Espaço sagrado de práticas da Umbanda, onde acontecem atendimentos espirituais, giras e rituais.

africana básica. Durante nossas vidas, leitor(a), somos colocados diante de prisões postas pelo colonialismo, e muitas vezes forçados, sem um suporte teórico adequado, a acreditar que o problema somos nós e isso é uma realidade que só consegui compreender cursando uma graduação de qualidade; uma oportunidade que muitas das pessoas que vieram antes de mim não receberam. Até lá nos tornamos reféns de nossas próprias prisões mentais; essas prisões levaram a minha família a não desenvolver uma consciência racial. Muitas vezes, esse papel de contribuir com a descolonização das mentes, em minha família, coube a mim. Sou filho de um negro, que durante sua juventude foi capoeirista, posteriormente veio a se tornar cozinheiro e uma das lideranças de uma comunidade do Movimento Sem Terra (MST). É filho de uma mulher negra que fala alto - daquelas que todos acham que está acontecendo uma briga quando ela se expressa -, tem nove cachorros e é costureira. É filho de um pai, já falecido, que era ambulante no centro da cidade e vendia baladeira e pano de café. Sou filho de uma mãe negra que passou sua vida a cuidar de minha avó devido ao seu diagnóstico tardio. Uma mulher de coração grande, que ama passar batom bordô, dos cabelos lisos e preto. Segundo minha avó, era negra do sangue grosso herdado de sua avó indígena. Por isso, leitor(a), o universo foi cruel o bastante para deixar marcas psicológicas e físicas em minha mãe, castigando-a sem pena ou empatia. Tenho uma irmã negra que luta. Daquelas que movem montanhas, se preciso for. Mãe valente, um furacão, Iansã³ em corpo de mulher. Na infância, dividíamos um quarto pequeno no fundo do quintal da casa de nossa avó e não sei como, mesmo sendo tão diferentes um do outro, passamos tanto tempo juntos, compartilhando as mesmas paredes e teto, que quase nos tornamos um só. Hoje, ela é formada em Direito e a primeira mulher negra de Chorozinho a passar nas duas fases de avaliação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Veja bem, leitor(a): eu falei que ela é formada em Direito e que conseguiu, através de seu esforço, passar na OAB, mas não falei que ela era advogada. Infelizmente, a nossa (in)justiça não está disposta a dar esse título a mais uma mulher negra e desconsidera sua trajetória de estudos devido a um processo que ela já pagou. Mas eu sei e você também deve saber, que, no fundo, o problema é o corpo negro da mulher. Para mim, ela é uma advogada e para o Estado também deveria ser; no entanto, a lei brasileira é lenta para proteger as identidades negras, embora se mostrem rápidas para encarcerá-las. Pouco se fala por aí, leitor(a), do quanto é significativo uma mulher negra e interiorana conseguir chegar ao grau de estudo de uma advogada e debater com homens brancos cara a cara em um tribunal. Minha irmã merece ser aplaudida de pé, leitor(a), só por

³ Orixá de origem yorubá, presente na Umbanda, Candomblé e outras religiões afro-brasileiras, associada aos ventos, às tempestades, à força e ancestralidade feminina.

ter tentado e conseguido chegar onde chegou. Infelizmente, hoje ainda precisa ter que refletir com voz chorosa: “O que adianta eu querer o Direito e o Direito não me querer?”. Eu queria abraçá-la, muitas vezes, e dizer que não importa se o direito não a aceita, não é pessoal, é estrutural e as estruturas são racistas e misóginas; é a colonialidade, leitor(a), que diz até o que podemos ou não ser, quem merece ou não o título de advogado(a), respeito, salário, plenitude e ao menos que você vista uma máscara branca, tal qual aponta Fanon (2008), iremos perecer porque esse poder é branco, masculino e heteronormativo - e mesmo usando essa máscara, nunca teremos nossa humanidade reconhecida, de fato. E ela, como mulher preta, não vestiu essa máscara para ser aceita na sua profissão, para dar continuidade aos seus estudos, para voltar a sorrir ou permitir-se chorar. Tem um provérbio de origem desconhecida, mas comumente associada à África que diz: “A criança que não é acolhida pela aldeia irá queimá-la para sentir seu calor.” Precisamos, leitor(a), de um que as leis sejam cumpridas e sermos aceitos nos meios educacionais e institucionais com integridade, sermos reconhecidos como detentores de saber tal qual um branco. É comum o negro ou a negra serem deslocados, sem o calor de um espaço que acolha nossas verdades e que veja nosso corpo como um instrumento político. Portanto, vejo essa exclusão social como algo comum nas histórias de pele preta. Olha pra mim. Durante muito tempo, o vazio do acolhimento me fez procurar atenção de forma quase que destrutiva, como uma necessidade de sentir-me parte, ser visto, escutado, amado ou odiado. Queria me agarrar à vida com tanta força que o breve não me alcançasse. E talvez, por isso, eu sempre tenha buscado ser infinito. Desculpe a minha má educação, leitor(a), estava tão submerso no mártir da minha família que esqueci de me apresentar. Sou Francisco Ilderlânio Bezerra de Almeida, conhecido como Ylder Albano e é assim como eu me apresento e você deve me chamar. Meus próximos me chamam de Zinho, esse é o meu apelido e não me pergunte o porquê, é quase de nascença. Nasci na cidade de Pacajus no ano de 1996, em uma quarta-feira no dia 04 de dezembro. Cidadão Choroziense, e com isso quero dizer que cresci na margem da entidade Rio Choró - que corre por mais de duzentos quilômetros e se recusa a ser contido até desaguar no mar. A água do rio, leitor(a), não pede licença para atravessar a ponte. Ela segue, firme, mantendo seu fluxo, às vezes um redemoinho aqui e outro acolá, em seguida, voltava a seguir o seu destino. Eu também desaguei em mares, leitor(a), de risos e choros. Uma vez ou outra, parei no meio do caminho, girando em redemoinhos, e depois voltei a seguir o fluxo mesmo quando o clima seco de Choroziense parecia me engolir. Leitor(a), posso te chamar de amigo(a)? Acho que sim. É assim que chamo as pessoas próximas, incluindo meus alunos e professores. Se você chegou até aqui e decidiu seguir adiante, essa leitura pode ser uma

experiência marcada pelo afeto de uma amizade que se constrói quando um indivíduo decide escutar as histórias do outro sem julgar. Então, amigo(a), a lembrança mais antiga que tenho da nossa entidade rio é da minha mãe lavando roupas em sua margem, comigo e nossa vizinha ao lado, junto de seus dois filhos, meus amigos. Elas lavavam roupas, conversavam e reclamavam dos dias quentes, frequentemente, mas sempre com um sorriso no rosto. Nós, crianças, brincávamos, ríamos e nos deixávamos levar pela correnteza durante as manhãs inteiras até arder nossas costas com o sol. Aprendi a nadar cedo, igual um peixe, de frente e de costas, até igual a um cachorrinho, como dizem os mais velhos. A minha mãe, amigo(a), já foi presa duas vezes. Não porque seja uma pessoa ruim. Pelo contrário, é a pessoa mais incrível e batalhadora que conheço. Mas a justiça pesa diferente sobre nós, pessoas negras. E, quando se é mulher, o peso é ainda mais cruel. Eu vi. Carrego em mim, amigo(a), o fardo dessas e de outras grades que nunca habitei fisicamente, mas que atravessaram meu sangue por décadas. Para piorar, minha mãe não foi a única. Meu pai e minha irmã também foram parte desta estatística. E, nesse tempo, eu estava vazio. Vazio de espiritualidade, sem amor ou toque de alma. Não tinha com quem contar, além de uma amiga de infância, que o rio conhece muito bem e talvez até melhor que eu: minha melhor amiga, que junto à minha irmã fazem parte das pessoas mais inteligentes que eu já conheci em minha vida. Duas mulheres negras. Quando falamos em mulher negra, amigo(a), é importante levarmos a interseccionalidade em consideração. Segundo Carla Akotirene (2023), é uma grande encruzilhada determinante em nossas vidas, expondo e relacionando machismo, desigualdade de classe, idade e território. Ou seja, um caminho que leva a todas essas e outras dores. E dado as circunstâncias, essas mulheres são as maiores reféns. Minha mãe, por exemplo, passou parte da vida apanhando castanha e lavando roupa na beira do rio. Uma mulher diretamente afetada pelas desigualdades econômicas, pela falta do direito trabalhista, vivendo em um território regado pela crise climática e pela insegurança alimentar. Tudo junto. Porque é nordestina. Porque é mulher. Porque é racializada. Porque foi castanheira. Porque era lavadeira. Tentando sustentar a nossa família na encruza do trabalho e do silenciamento. O rio, amigo(a), é território ancestral, caso não saiba. Espiritual, eu diria. Oxum⁴. Ou melhor, a personificação da mulher negra. Da mãe. Da pureza, leveza, afeto e amor. E mesmo assim, amigo(a), o Brasil não poupa mulheres que já sentiram nos pés a quentura da terra, que já sentiram na pele a seca, que se banharam em lama de rio e já tiveram seus territórios afetados com enchentes que faziam o rio entrar para as ruas da cidade. Podemos observar, os tempos

⁴ Orixá de origem yorubá, ligada às águas doces, às cachoeiras, à prosperidade e à beleza feminina. Reconhecida como protetora da gestação e das emoções.

mudaram, amigo(a), conforme foram se passando as décadas. Não entramos no mesmo rio duas vezes.⁵ Atualmente, os caminhos dados por Ogum, são outros. E por isso, amigo(o), um tempo, um ano, uma época não define quem nós somos ou quem iremos nos tornar. Me permita lhe mostrar a parte de um RAP chamado “O homem na estrada”, do Racionais MC’S, que me foi apresentado pela minha melhor amiga: “Um homem na estrada recomeça sua vida. Sua finalidade, a sua liberdade. Que foi perdida, subtraída. E quer provar a si mesmo que realmente mudou. Que se recuperou e quer viver em paz. Não olhar para trás. Dizer ao crime, ‘nunca mais!’ [...] Quero que meu filho nem se lembre daqui. Tenha uma vida segura. Não quero que ele cresça com um ‘oitão’ na cintura e uma ‘PT’ na cabeça. [...] Desempregado então. Com má reputação. Viveu na detenção. Ninguém confia não. E a vida desse homem para sempre foi danificada. [...] Molecada sem futuro, eu já consigo ver. Só vão na escola pra comer, apenas nada mais. Como é que vão aprender sem incentivo de alguém? Sem orgulho e sem respeito. Sem saúde e sem paz. [...] A justiça criminal é implacável. Tiram sua liberdade, família e moral. Mesmo longe do sistema carcerário. Te chamarão para sempre de ex-presidiário.” Com isso, amigo(a), Racionais acusa já em 1993 a realidade do corpo marginalizado ao expor essa condenação eterna e injusta que o(a) subalterno(a) sofre. O homem na estrada, retratado na obra, amigo(a), é como meus pais e minha irmã e milhares de outros brasileiros negros(as) que lutam contra as artimanhas do sistema penal que junto a ausência do Estado, não oferece, de fato, uma estrutura que reitengre esses corpos e os humanize. Assim, quem sabe, amigo(a), nós, os colonizados, sejamos mesmo, como escreveu Frantz Fanon (1961), condenados na terra. Condenados a não viver. Condenados a pedir licença para ser. Condenados ao silenciamento social. Condenados a ver o tempo passar diante de nossos olhos sob uma vida indigna e inferiorizada, e muitas vezes trancado, enjaulado, vendo o sol nascer quadrado. Condenados à marginalidade. Somos os suspeitos, os assassinos e os ladrões. Que temos nosso corpo como terreno de violência colonial. O sujeito, quando atravessado por esse sistema, amigo(a), busca recomeçar, embora a sua herança seja de um mundo que decidiu que o lugar dos(as) negro(as) seriam o lugar dos(as) condenados(as) - e eu me reconheço como um homem condenado que também caminha na estrada, no caminho de Ogum. Que tenta se reerguer e se entender em meio a esse encarceramento que me atravessa indiretamente com a prisão dos meus familiares. Portanto, amigo(a), não é nesse trabalho que irei discutir as motivações que levaram minha família a se tornar parte da massa carcerária. Esses textos são para refletir as marcas que a prisão deixou

⁵ Fragmento B12 do filósofo grego Heráclito, expressão que indica que tudo está em constante transformação, pois nem o rio permanece o mesmo, nem quem entra nele.

em nós: social, emocional e física. E assim, tornar o ato dessa leitura um símbolo de resistência, da mesma maneira que, também não irei expor nomes dessas pessoas que estão sendo citadas. Minha família e outros personagens que atravessam a minha narrativa não serão nomeados. Tratarei apenas como papéis sociais: pai, mãe, irmã, sobrinho, avó, professora, melhor amiga entre outros. Amigo(a), faço isso por cuidado e por respeito. Do mesmo modo que bell hooks (1994) demonstra que narrar é um ato de poder, esse poder deve andar junto com a responsabilidade de proteger corpos e memórias daqueles que amamos. Amigo(a), também trago a este projeto o conhecimento ancestral/espiritual que me é ensinado em meu terreiro, como Zé Pilintra das Almas, incorporado em minha mãe de santo, sempre afirma em suas intervenções que expor a dor sem cuidado é uma violência; muitas vezes transforma a intimidade em espetáculo que trai a dignidade de quem confiou a nós, segredos, vivências e experiências. Devido a isso, a entidade evita expor situações e nomes que possam vir a constranger o consulente que vai em busca de uma resposta espiritual. Posto isso, aqui os nomes próprios não importam meu/minha amigo(a). De fato, o que importa são as histórias que serão narradas, os afetos, a aprendizagem que levaremos após essas reflexões e a consciência que tomaremos em relação a nossa realidade coletiva, principalmente falando com meus/minhas amigos(as) negros, LGBTQIAP+⁶ e qualquer outro, que tenha sido vítima do cárcere privado e silenciamento institucional. Sendo assim, amigo(a), esta carta é um grito breve ecoado no meio da BR-116, sobre a ponte do Rio Choró, na poeira das estradas carroçais, nos corredores das escolas, nas vielas de Chorozinho, nas portas dos presídios e nos palcos das festas brancas que me fizeram sentir, tantas vezes, que meu corpo não cabia ali. Ainda que também seja um sussurro nas rodas, nos terreiros, nas salas de aula, nas quais insisti em me educar mesmo quando o mundo parecia me consumir. Escrevo para que os meus se sintam amados e tocados de alma. Escrevo para amar a mim mesmo e mostrar afeto a minha família. Escrevo para devolver a humanidade a todos os marginalizados, essa humanidade que a branquitude⁷ insiste em nos roubar. Escrevo esta carta desesperadamente calmo, como quem atravessa o rio a nado, como quem escreve uma carta e a coloca dentro de uma garrafa e a lança em correnteza abaixo, esperando que chegue a outras margens. Talvez

⁶ Sigla que inclui Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, pessoas Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, além de outras identidades e expressões de gênero que compõem a diversidade sexual e de gênero.

⁷ Segundo Lourenço Cardoso (2010), a branquitude é um espaço de privilégios simbólicos de práticas e valores associados a ser branco que colaboram com o preconceito racial e o racismo. Para o autor, existem dois tipos de branquitude. Sendo elas: Branquitude crítica e branquitude acrítica. Na branquitude crítica os sujeitos brancos reconhecem seus privilégios raciais na sociedade e atuam juntos aos negros contra a hierarquização de raças. Por outro lado, a branquitude acrítica inviabiliza e naturaliza seus privilégios negando o racismo.

até onde outro corpo negro precise, assim como eu precisei, se sentir amado e tocado de alma. Por toda a minha família: eu me recuso a permanecer em silêncio.

Breve, desesperado e calmo,

Ylder Albano

II: A LEITURA DE MUNDO NOS LEVA AO CENTRO

A escrita deste ensaio nasce a partir de experiências e memórias exploradas por mim através da formação que recebi na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Como ensina Paulo Freire, “Ler o mundo precede ler a palavra” (Freire, 1996, p. 12); foi levando essa abordagem em consideração que compreendi o fato de: cada palavra que chegava até mim por meio dos textos que li, sob orientação dos meus professores e professoras, era uma forma de transparecer a minha realidade, ou seja explicá-la. Esses saberes me ajudaram a traçar uma compreensão mais profunda sobre minha posição pertencente ao mundo e, antes de mais nada, na construção da minha identidade. “Cada palavra que chegava até mim por meio dos textos era uma forma de transparecer a minha realidade” (Freire, 1996, p. 45). Por esta razão, essa escolha de uma linguagem ensaística se mostra essencial para esse trabalho. Dito de outra forma: optei por uma escrita que reconhecesse minhas práticas vividas como uma forma de saber genuíno, em diálogo com a teoria absorvida por mim durante minha formação acadêmica. Mais uma vez Paulo Freire, no livro “Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido” afirma que: “O estudo e a reflexão ajudaram-me a traçar uma compreensão mais profunda sobre minha posição pertencente ao mundo e na construção da minha identidade” (Freire, 1996, p. 47).

O curso Bacharel em Humanidades (BHU) foi fundamental para a formação do meu pensamento crítico, particularmente por suas perspectivas epistemológicas, que privilegia autores e autoras que, em sua maioria negros e negras, contribuem para a compreensão do funcionamento do sistema colonial e as estratégias para enfrenta-lo, que ajuda bastante a analisar a realidade sob a perspectiva das pessoas marginalizadas, além de abordar temas como a colonialidade, descolonialidade, contra colonização, identidades culturais, entre outros temas importantes para a compreensão dos contextos que envolvem a nossa humanidade. Ter tido contato com pensadores como Paulo Freire, Frantz Fanon, Grada Kilomba, bell hooks, Aníbal Quijano, entre outros, me possibilitou refletir sobre como as abordagens teóricas dialogam diretamente com o meu percurso de vida e ampliando a ressignificação da minha leitura de mundo a partir de vivências pessoais.

O curso também se mostrou essencial para o meu desenvolvimento cultural, com base nas vivências com estudantes internacionais, quilombolas e indígenas na prática das minhas trocas sociais com homens e mulheres que fazem parte desses diferentes grupos étnicos, especialmente oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Ao ingressar na universidade,

estabeleci vínculos com duas estudantes de São Tomé e Príncipe, as quais se tornaram minhas amigas desde o primeiro dia de aula, e foram de suma importância para essa minha maior compreensão da diversidade cultural e linguística a partir de nossas trocas. Essa relação formou-se também pelo seguinte motivo: já entrei na UNILAB com a intenção de me conectar com pessoas que me fizessem refletir o meu lugar na sociedade, o que muitas vezes me colocou em situações desafiadoras devido a questões de raça e sexualidade, além de buscar um aprofundamento cultural com base no que eu acreditava fazer sentido para as minhas experiências. Ao mesmo tempo, percebi que, assim como eu, muitos estudantes internacionais que chegam às cidades de Redenção e Acarape enfrentam situações que configuram racismo; a exemplo disso, uma amiga são-tomense relata ser lida como parda no Ceará, o que fere sua identidade negra e sua trajetória, segundo ela. E quando o pai ou a mãe de um estudante internacional desencarna em seu país de origem, muitas vezes, são enterrados sem a presença do filho ou da filha.

Depois que cheguei aos prédios da UNILAB, não demorou muito e já me vi imerso em movimentos culturais, de grupos distintos, antes jamais imaginados por mim. Embora tenha observado uma grande divisão desses grupos - formados majoritariamente por pessoas de seus respectivos países: brasileiros com brasileiros, angolanos com angolanos, e por aí em diante -, o que era diferente do grupo formado por nós três, inicialmente para a realização das atividades, com trocas afetuosas que nos levou a uma construção natural de amizade que passou das paredes das salas e das diferenças culturais. Nesse contexto, tive a oportunidade de aprender danças africanas, como “Puita”, dança oriunda de São Tomé e Príncipe, “Kizomba” e “Kuduro”, danças angolanas. Além disso, adquiri conhecimentos de algumas palavras, símbolos e códigos de diferentes nacionalidades e vivenciei práticas culturais que somente essa oportunidade de troca poderia possibilitar. Assim, a convivência com estudantes provenientes da diáspora africana, propiciada pela UNILAB, representou um elemento fundamental para o enriquecimento da minha trajetória acadêmica.

Essas vivências podem nos chegar como: antes jamais imaginadas, essas trocas passam a fazer sentido, e as teorias discutidas no campo universitário passam a justificar essas experiências que antes não eram profundamente analisadas por mim. Nasci com traços negros, mas só através da experiência de trocas multiculturais, teoria e construção do meu pensamento crítico pude compreender o significado disso tanto pelo olhar da sociedade, quanto pela construção e afirmação de minha própria identidade. Como Frantz Fanon elabora em “Pele negras, máscaras brancas” (2008), sobre uma forma de construção da identidade negra a partir de nossas experiências e conscientização a respeito do nosso pertencimento a

um lugar social ocupado por nós, negros, em uma sociedade submersa na colonização, destacando como o olhar do branco/colonizador pode vir a influenciar o nosso desenvolvimento de identidade.

Recorro, para a escrita deste ensaio, ao conceito de *escrevivência*; segundo Conceição Evaristo (2005) essa vivência não se resume a uma experiência isolada e íntima, mas se faz presente em uma narrativa coletiva que nos deixou marcas que evidenciam a desigualdade social, racial, sexual e gênero. “Minhas vivências de negritude não dizem respeito apenas ao meu percurso individual, mas se conectam a uma memória social e histórica de um povo” (Evaristo, 2005, p. 29). Esse tipo de abordagem íntima e pessoal se contrapõe a um tipo de abordagem historiográfica que insiste em nos invisibilizar. A *escrevivência* nos coloca em lugar político, crítico e de valor diante da nossa subjetividade.

Nesse sentido, realizar uma reflexão que também tenha profundidade teórica torna-se de suma importância. Como aponta Aníbal Quijano (2005, p. 37), “a identidade racial leva em consideração a forma que somos lidos pela sociedade”, isto é, a identidade imposta por terceiros. Aquilo que os outros vêem e julgam, condições de adquirir, ao menos, autoconhecimento social e racial, sem termos a oportunidade de entender a nossa identidade a partir das nossas leituras pessoais do mundo. Em outras palavras, uma pessoa negra será apontada através dos estereótipos: uma análise racista sobre nossos traços negróides. “Ser negro é ao mesmo tempo condição imposta pela sociedade e afirmação política que nasce da consciência de pertencimento” (Quijano, 2005, p. 40).

A vivência negra é sempre afetada pelas desigualdades de classe e gênero. Sendo assim, uma análise interseccional é fundamental, uma vez que é composta por um emaranhado de encruzilhadas de forças que moldam os caminhos da nossa sociedade, com o ataque à mulher, à fome, e o esquecimento governamental de seus territórios. “A construção de identidades negras é inseparável das questões de classe e gênero” (hooks, 2019, p. 45). Em outros termos: há outros fatores que permeiam nossa compreensão de raça além da cor. “No Brasil, a população negra enfrenta barreiras históricas que limitam seu acesso à riqueza e ao poder político, resultado do racismo estrutural” (Ribeiro, 2019, p. 45). Uma pessoa que vive à margem da sociedade enfrenta desafios ainda mais conflitantes do que os da classe média e alta. Assim como homens negros são forçados a enfrentar estereótipos ligados à criminalização e ao serem reduzidos a sua sexualização. As mulheres, além de vivenciarem o racismo, são reféns do sexismo. Em suma, minhas vivências foram melhor compreendidas por mim através dessa formação teórica que recebi e com base na bibliografia presente no curso do BHU.

O modelo de escrita que escolhi, para a produção deste texto, permite que eu estabeleça relações entre minha vivência pessoal e o contexto histórico onde essas vivências se dão, me permitindo elaborar reflexões antes não possíveis devido a minha condição social: negro, pobre e LGBTQIAP+. Afinal, busco compor uma narrativa que me arranque da margem e me permita ocupar o centro.

III: A PALAVRA QUE FERE E CURA

Desde que ouvi pela primeira vez a frase “A leitura é, provavelmente, uma outra maneira de estar em um lugar”⁸, ainda no ensino fundamental, a leitura tornou-se, para mim, um mecanismo de ligação com o mundo. Mesmo inconscientemente, passei a entender a leitura, a combinação de palavras e agrupamentos de ideias como fontes capazes de nos tornar conhecedores de lugares, sociais ou físicos, que não ocupamos. De fato, ser conhecedor da palavra nos torna mais próximos do mundo, através de nossas reflexões antes não feitas, devido ao apagamento social e histórico das minorias. Cansei de ouvir, ao passar na UNILAB, amigos brancos dizerem que eu iria me tornar “militante” mesmo eu já expondo em minhas atitudes revoltas contra o sistema. Isso se dava pelo fato de eu estar entrando para uma universidade federal focada na integração de países lusófonos, e esperava-se que eu passasse a dominar o conhecimento das palavras. Isto é, as minhas experiências acadêmicas seriam propícias para o meu domínio crítico acerca da linguagem e por algum motivo isso parece uma ameaça para eles. Os mesmos comentários não existiram antes quando estudei em universidades particulares nas quais eu era o único aluno negro das turmas. Eu digo apenas que, na verdade, passei a ter uma maior compreensão do meu lugar de fala, pois passei a olhar para as mazelas sociais com um olhar mais crítico, com base no meu amadurecimento acadêmico e vivências dentro de uma universidade que integra diversos saberes africanos, afro-brasileiros, indígenas e ancestrais; é o sul global em transe com o sul global.

Quando passamos a entender melhor as questões de raça, gênero e sexualidade, nos tornamos mais agressivos em resposta ao racismo, à homofobia, ao machismo, entre outras violências que antes não compreendidas em sua verdadeira essência teórica e prática. Com isso, compreender a leitura do mundo, por meio das referências e leituras realizadas durante o curso de Humanidades, tornou-se essencial para que eu tivesse a oportunidade de escrever este ensaio adotando um estilo quase que autoetnográfico, pesquisa introspectiva e pessoal, aprendido durante as aulas de metodologias ofertadas na grade curricular do curso. Nas palavras de Chang (2008, p.71), “a memória pessoal é um bloco de construção da autoetnográfico porque o passado dá um contexto para o ‘eu’ no presente e abre a porta para as riquezas (analíticas) do passado”. Espero que, com essa escrevivência e análise

⁸ A frase é geralmente associada ao autor José Saramago, embora sua autoria não seja oficialmente confirmada. A citação circula em diversos sites da internet como no portal Pensador. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTI2MDkwMg/> Acesso em: 09 dez. 2025.

autoetnográfica, eu possa tocar pessoas que precisam refletir sobre sua própria identidade e, assim, mesmo que indiretamente, enfrentar o desprezo do mundo pelas classes vulneráveis.

Segundo Hall (2006), a identidade não é algo fixo ou inato, mas sim construída e transformada continuamente nas relações sociais e culturais:

Ao invés de tomar a identidade por um fato que, uma vez consumado, passa, em seguida, a ser representado pelas novas práticas culturais, deveríamos pensá-la, talvez, como uma “produção” que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação. Esta visão problematiza a própria autoridade e a autenticidade que a expressão “identidade cultural” reivindica como sua (Hall, 2006, p.68).

As formas de repressões tentam aprisionar e resumir nosso corpo a estigmas que reduzem a complexidade do sujeito ao tratar de forma pejorativa a imagem das minorias. Desta maneira, temos um passado sombrio de colonialidade que atingiu toda a diáspora e reflete nas mídias com um grande número de casos racistas na história que faz com que nossa cultura seja acostumada com essa violência social o que nos torna carente de representação identitária também nas mídias, o que poderia produzir novas formas de se reconhecer e dar protagonismo ao corpo e ao conhecimento negro. Assim, a identidade em toda a diáspora africana, incluindo o Brasil, não é homogênea, mas sim heterogênea como aponta Hall:

A experiência da diáspora, como aqui a pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção ‘identidade’ que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença (Hall, 2006, p. 75).

Contudo, as experiências de discriminação não se limitam às formas mais explícitas e brutais de intolerância. Vejamos alguns casos específicos, como o assassinato da líder quilombola e ialorixá, morta com doze tiros no quilombo Pitanga dos Palmares em Salvador no ano de dois mil e vinte e três; ou agressões morais e psicológicas como o caso do policial militar da reserva de Santa Catarina que apareceu em um vídeo na internet deferindo comentários racistas a uma mulher e seu filho: “Teu filho é um maldito de um negro desgraçado, que é pirracento”. A mulher pergunta: “Por que você tem tanto ódio de gente morena?”, ao que ele responde: “Porque eu tenho ódio, porque eu sou racista, porque eu não suporto negro! Eu tenho amigo negro, mas é amigo decente, não essa negrada do caralho que é 'marrenta' que nem tu”. Chorando a mulher diz: “Você não bata em mim”. Ele tira a chinela do pé, a segura na mão, aproximando-se dela, e diz: “Quer ver? Fala de novo! Fala de novo, sua macaca do caralho!”. Depois, afasta-se, joga o chinelo no chão e diz: “demônio, desgraçada”, em outro caso, uma delegada foi barrada em uma loja de uma companhia de

roupas famosa, Zara, em Fortaleza, capital do Ceará, na qual a mesma alegou racismo por parte dos seguranças. Ao justificar o caso, a empresa alegou que a delegada estava sem usar máscara, mesmo as medidas contra COVID-19 já terem sido amenizadas. Porém o argumento foi contestado ao analisarem as câmeras e perceberam que haviam pessoas brancas sem o uso da máscara no interior da loja. O que levou a uma pena branda para ex-gerente da loja:

Bruno Filipe Simões Antônio foi condenado a um ano e um mês de prisão (reclusão) pelo crime de preconceito racial, com a pena convertida em prestação de serviços comunitários, por ter sido primário, e limitação de atividades nos fins de semana (Ministério Público Do Estado Do Ceará, 2024).

Apesar dessas violências serem mais diretas, as experiências discriminatórias também se manifestam em sutilezas do cotidiano. Essas sutilezas podem ser notadas na falta de representação nas mídias visuais, cinema e televisão, tal como na política - como é mostrado no documentário *Apocalypse nos Trópicos* (2024), dirigido por Petra Costa, que traz à tona o crescimento da bancada evangélica no Brasil que acarreta consequências drásticas para os mais liberais -, assim como no tratamento diferenciado em lojas, restaurantes e outros espaços públicos e privados, ou ainda no gesto de uma pessoa branca que atravessa para o outro lado da rua ao se deparar com um corpo negro em sua direção.

Vivenciei todos esses impasses ao longo da minha vida. Na infância, me alimentei de mídias com protagonismo branco e não me senti representado artisticamente em momentos nos quais considerei fundamental ter uma representação. Anos depois, fui perseguido por seguranças em lojas de shoppings e tive minha integridade ferida por policiais no Centro Cultural de Arte e Cultura Dragão do Mar⁹, em Fortaleza. Após ser furtado e ameaçado, procurei ajuda de um policial que estava em uma cabine próxima. O agente atendia normalmente outros adolescentes que também haviam sido assaltados. Contudo, quando chegou a minha vez, a cena mudou. relatei o ocorrido e pedi ajuda. Ele me olhou dos pés à cabeça e respondeu: “O que você quer que eu faça? Que eu pegue a sua mão e saia por aí procurando o bandido?”.

Naquele momento, eu estava frágil, vulnerável, apenas com alguns amigos e a 60 km de distância da minha cidade. Tinha ido apenas curtir o show da Karol Conká, no entanto, fui assaltado ao lado da cabine policial. Ele me olhou fazendo a sua leitura do meu corpo e não

⁹ O Centro Cultural Dragão do Mar, localizado em Fortaleza(CE), é um complexo cultural inaugurado em 1999. O espaço é composto por museus, espaços de arte e lazer, cinema, teatro e carrega em seu nome uma homenagem a Chico da Matilde, o Dragão do Mar, jangadeiro cearense que, no século XIX, liderou a Greve dos Jangadeiros em 1881, se recusando a transportar pessoas escravizadas e contribuindo com o movimento abolicionista no Ceará.

me importei, no momento, qual tenha sido. O que eu queria mesmo era ouvir que tudo ficaria bem, mesmo sabendo que a realidade é dura com quem é negro.

Situação semelhante aconteceu anos antes, quando tive minha verdade questionada por uma delegada. Eu havia sido assaltado com uma faca encostada na lombar, em frente à minha casa. No dia seguinte, ao registrar o boletim de ocorrência, fui questionado pela delegada sobre o motivo de eu estar “calmo demais”, enquanto a delegada batia freneticamente na mesa, possivelmente, insinuando que eu mentia. Ela desconsiderava o fato de eu ser apenas um adolescente ainda fardado, que tinha saído da escola minutos antes e que estava assustado em ter que ficar cara a cara com pessoas que tinham me assaltado no dia anterior.

Além de toda a violência que sofri contra minha identidade durante a infância e a pré-adolescência, e a justiça não se mostrou eficaz. A primeira vez que a LGBTfobia me atingiu de forma direta foi no início do segundo ciclo do Ensino Fundamental, quando fui agredido fisicamente por um aluno mais velho. Ele me olhou nos olhos e desferiu um soco no meu olho direito, enquanto me chamava de “viado”, “baitola” e “balde”. Em seguida, atingiu meu rosto, quadril, braços e pescoço - onde podia atingir, atingiu. Lembro da minha cabeça pesar, dos gritos e dos olhares assustados dos meus amigos. Logo depois, recebi um chute na coxa, e o celular que estava no meu bolso quebrou. Minha melhor amiga correu e foi avisar ao meu pai, que estava cuidando de seu mercantil, e imediatamente foi me buscar na escola. Fizemos o boletim de ocorrência, e o agressor foi chamado para prestar depoimento na delegacia. Meu pai me acompanhou em todas as vezes em que precisei esclarecer sobre o caso. Mesmo sem laudo, o agressor e sua família alegaram problemas mentais - o que foi questionado pela delegada e pelo meu pai. E qual foi a “punição” dada ao agressor por ter violentado a minha integridade? Três dias de suspensão na escola. E, pelo celular quebrado, me deram um celular rosa.

Outro episódio de agressão que posso narrar aqui veio através de uma colega de sala, no início do Ensino Fundamental II, que apontou o dedo para mim e disse: “Você é o cão. É preto, parece o cão”. Naquele instante, eu não compreendia a profundidade daquelas palavras. Não entendia que essa ação vinha de uma estrutura que existia muito antes de eu nascer - uma estrutura preconceituosa com corpos negros que perpetuava o racismo e atravessava todas as fronteiras sociais; ela estava por nossa casa, pela nossa educação, pelas histórias que ouvimos e nos valores que herdamos. Então, fiquei em silêncio. E chorei.

Cresci ouvindo expressões com a palavra “cão” em seus diferentes sentidos e que estão presentes no cotidiano do povo nordestino. “Cão chupando manga, “cão sem dono”, “fi

do cão”, “viado do cão” “*nego do cão*” são usados diariamente, mesmo em relações de afeto. Às vezes a palavra muda de significado apenas pela entonação falada. “Cão pode ser relacionado ao animal doméstico que tem sua origem no latim vulgar *canis*, que significa simplesmente “animal doméstico”, termo genérico para designar o cachorro” (Houaiss; Villar, 2001). Entretanto, na língua portuguesa, a expressão ultrapassou seu sentido e, ao longo da história, passou a ter outros significados, principalmente associados ao mal e ao diabo. Por esse motivo, expressões como “tá com o cão nos coro” ou “cão dos infernos” tornaram-se populares como formas de demonizar uma ação ou pessoa. “Em tradições cristãs medievais, os cães eram muitas vezes vistos como impuros, ligados à luxúria e à vigilância noturna, características que se mesclavam à imagem do demônio” (Chevalier; Gheerbrant, 1996). Em outras culturas, no entanto, o cão não era apenas associado ao mal. No Egito Antigo, a divindade com cabeça de cachorro, Anúbis, era protetora dos mortos e guia das almas. Já na mitologia grega, Cérbero, cão negro de três cabeças, guardava os portões do mundo subterrâneo do deus Hades.

Lembro que, quando passei a frequentar um grupo de jovens em uma igreja neopentecostal, o pastor explicou para os adolescentes o que era satanás: “um demônio, o contrário a Deus. Em inglês *dog* é o oposto de *god*”, dizia ele para justificar a sua fala em uma linguagem que os jovens entendessem. Ou seja, o cão é o oposto de Deus. Assim, a imagem do cão fica entre um paradoxo: ora melhor amigo do homem, ora imagem de satanás. Quando um corpo negro é chamado de “cão”, não é apenas um insulto banal, mas a atualização de uma longa herança cultural e religiosa que demoniza o corpo, a cultura e a identidade do negro nos associando ao que é sujo, vulgar, deplorável, ao que, sob a abordagem cristã, precisa ser combatido e extinguido. O mal materializado. Lúcifer. O diabo. O negro sendo resumido a uma palavra, destruído pela magia da fala. Como lembra Hampaté Bâ em “A tradição Viva”, a palavra tem poder:

A fala pode criar a paz, assim como pode destruí-la. É como o fogo. Uma única palavra imprudente pode desencadear uma guerra, do mesmo modo que um graveto em chamas pode provocar um grande incêndio. Diz o adágio malinês: “O que é que coloca uma coisa nas devidas condições? A fala. O que é que estraga uma coisa? A fala. O que é que mantém uma coisa em seu estado? A fala”. [...] Por essa razão a fala, por excelência, é o grande agente ativo da magia africana (Hampaté Bâ. p. 172. 173).

Na tradição africana, “a palavra é pesada. Ela é fortemente ambígua, podendo fazer e desfazer, sendo capaz de acarretar malefícios.” (Ki Zerbo, 2010, p. 11). Ou seja, a fala é capaz de fazer o bem e proferir o mal, abençoar ou amaldiçoar segundo a filosofia africana.

Sendo a fala divina, a matéria e o espírito não estão desassociados, não podendo serem analisadas de forma separada.

Em suma, naquele momento, as palavras daquelas crianças agiram exatamente como um malefício: não nasceram apenas de seu imaginário, mas de uma tradição linguística intolerante que vem se fortalecendo durante séculos. Ao refletir sobre sua situação familiar na infância e seus sentimentos de não pertencimento e não aceitação no espaço em que vivia, bell hooks (1994, p. 84), reflete: “eles deviam ter a impressão de que um monstro havia aparecido entre eles na forma e no corpo de uma criança - uma figurinha demoníaca que ameaçava subverter e minar tudo o que eles buscavam construir”.

Fanon (1952) descreve esse sentimento afirmando que o negro é feito refém da percepção do outro, e a violência do olhar e da palavra se infiltra no corpo, construindo uma sensação de inadequação que atravessa toda a nossa existência. O “cão”, o “veado” não era apenas simples ofensas a mim deferidas, mas a manifestação do medo daqueles dois e da sociedade, em cima de uma identidade, conforme foram ensinados pelas estruturas, a julgar como fruto da desumanização herdada do sistema colonial.

Dessa forma, um dos objetivos desta escrita é contribuir com análises críticas fundamentadas em diversas referências, permitindo-me nomeá-las, refletir sobre elas e explicá-las. Assim, busco transformar episódios de violência em fonte de conhecimento, me posicionando melhor diante delas e reconhecendo o valor da construção da minha identidade. No entanto, a identidade não é fixa, sem bússola apontada para o norte, mas sim uma construção profunda que se transforma através de reflexão decolonial.

IV: TRANSFORMANDO A EDUCAÇÃO

“A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidade. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade” (hooks, 2013, p. 207).

A educação pode ser um ambiente de resistência, um lugar que, mesmo atravessado por ideologias eurocêtricas, ainda permite a possibilidade de construção e transformação social, promovendo o reconhecimento da diversidade. Além disso, contribui para a formação de pensadores(as) historicamente marginalizados(as), que encontram na escola um espaço para viver, aprender e discutir teorias, mesmo que fiquem diante das estruturas que invisibilizam a maioria desses novos contribuidores da ciência, antes mesmo de terem a oportunidade de voltar como docentes ou pesquisadores(as) ao ambiente escolar. Entretanto, os problemas raciais que englobam a educação do nosso país não são de hoje. Nesse sentido, tentando consertar esse e outros problemas surgiu o Movimento Negro que se organizou pós-abolição determinando a raça “como discurso e prática social” (Gomes, p. 731, 2012). Ao analisar o fenômeno, Nilma Lino Gomes argumenta que:

Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam a superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negra no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares da sociedade (Gomes, 2017, p. 23-24).

Enquanto o Estado prometia liberdade para todos, a população negra foi esquecida e deixada à margem de todo o território brasileiro - os negros eram proibidos de frequentar as mesmas escolas que os brancos, e eram reduzidos a trabalhos escravos pois não tinham salários bons o suficiente para que os deixassem viver uma vida digna. Como exemplo disso, a Lei de Terras de 1850 foi um dos instrumentos usados para essa exclusão da população negra. Esse processo barrou o acesso de ex escravizados à posse de terras, o que os impossibilitou que os negros recém libertados se tornassem proprietários, concentrando o domínio apenas na elite burguesa, o que faz com que a população negra sofra as consequências da desigualdade até os dias atuais.

Quando a abolição ocorreu, os negros foram abandonados à própria sorte, não concedendo nenhum tipo de reparação, indenização e terras - mesmo que nenhum valor fosse suficiente por vidas inteiras de trabalho forçado e desumano. Não podiam cultivar a terra e não tinham dinheiro para comprá-la diretamente do estado

(que, de qualquer forma, possuía o poder de determinar quem seria o dono das terras e certamente os negros não estavam no topo da lista). O que restou para a população negra foi a fuga para as cidades para viver em cortiços, dependentes, vendendo sua mão de obra a salários de fome (Lopes, 2020).

Dois pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro afirmam que “A Lei 601/1850 no seu Art. 1º já carrega a exclusão das classes baixas, nesse caso os negros livres, libertos e mestiços e ex-escravos após abolição” (VIEIRA, CARVALHO, 2025), esquecendo essa parcela da população na marginalidade e os tornando dependentes do trabalho precário. Nesse cenário, homens e mulheres negras passaram a reivindicar espaços e direitos públicos à sua maneira.

“Entre as suas reivindicações, a educação se tornou prioritária, pois o analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais se constituíam em um dos principais problemas dessa população para a inserção no mundo do trabalho” (Gomes, p. 736, 2012). Além de

A imprensa negra paulista, com suas diferentes perspectivas, também pode ser considerada como produtora de conhecimento sobre a raça e as condições de vida da população negra. Desde os primeiros anos do século XX até meados dos anos de 1960, alguns jornais que circularam à época foram: O Xauter (1916), Getulino (1916-1923), O Alfinete (1918-1921), O Kosmos (1924-1925), O Clarim d’Alvorada (1929-1940), A Voz da Raça (1933-1937), Tribuna Negra (1935), O Novo Horizonte (1946-1954), Cruzada Cultural (1950-1966), entre outros (Gomes, p. 736, 2012).

Além do mais, a Sociedade Beneficente Amigos da Pátria manteve uma escola em São Paulo chamada Progresso e Aurora, aberta em 1908 e dirigida por Salvador Luís de Paula, até ser forçada a fechar por volta de 1929 “por falta de subvenção, ou seja, era mantida exclusivamente pelos membros” (O Progresso, 1929) (Santos, 2008). Além de, é sempre importante retomar o papel da Frente Negra Brasileira (FNB) (GOMES, p. 737, 2012), em 1931, que tinha por objetivo não apenas oferecer instrução formal, mas também educação política, cultural e moral para a população negra. Já na década de 1940 o Teatro Experimental do Negro (TEN) propunha ensino gratuito, bolsas de estudo e denunciava o racismo presente nos currículos escolares brasileiro, como aponta a ex reitora da UNILAB:

O Teatro Experimental do Negro (TEN) (1944-1968) nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira. O TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos, e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a indagar o espaço ocupado pela população negra no contexto nacional (Gomes, p. 736, 2012).

Essas ações mostram que a sala de aula sempre foi vista pelo movimento negro como um espaço ambíguo: ao mesmo tempo em que podia reproduzir a exclusão racial, também poderia ser reinventada como lugar de protagonismo do corpo negro. Além de dar a devida importância para a alfabetização dos negros para que pudessem ter uma maior compreensão do mundo. Para bell hooks (2013, p.19) “ensinar é um ato de resistência que nos possibilita transgredir as fronteiras impostas pelo racismo, sexismo e elitismo”, por esse motivo, o ato de alfabetizar e ser alfabetizado é uma luta contra o pensamento colonial que insiste em marginalizar o saber das minorias, em vez de valorizar nossas experiências de vida.

No entanto, foi na escola, no meu primeiro ano do ensino fundamental, que finalizei meu processo de alfabetização - alfabetizado por uma professora negra - e ela se mostrou, em pessoa, uma liberdade viva. Embora eu não me recorde integralmente de suas aulas, lembro bem da sua marca de professora acolhedora que os alunos amavam estar perto. Naquela época eu era novo demais para ter compreensão da importância daquele corpo em sala de aula, mas já sabia que, para mim, era uma pessoa na qual eu iria me espelhar no futuro.

Lembro, especialmente, de um momento em que fui defendido por essa professora na sala de aula - estávamos resolvendo uma atividade com a figura de um chuveiro. Meus colegas começaram a comentar a respeito de como a água caía de seus aparelhos: um dizia que a queda d'água era tão forte que doía no “*coro*”; o outro dizia que na casa dele era um chuveiro fraco que quase a água não caía. Mas eu fiquei em silêncio. Não tinha um chuveiro e nem sequer tinha tomado banho em um durante a minha vida. Quando me perguntaram como era o meu, eu disse que não tinha chuveiro em casa e que tomava banho com um balde e uma caneca. Eles riram e ficaram zombando por um tempo. Foi então que, ao perceber o que se passava, a professora foi até onde estávamos e disse: “*Não tem problema ele não ter chuveiro em casa. Se ele não tem hoje, um dia pode ter. E tá tudo bem.*” Eles ficaram em silêncio e o assunto nunca mais veio à tona. Essa situação nem deve ter permanecido em suas memórias. Mas na minha ficou - pois era eu quem não tinha o chuveiro.

Talvez, naquele instante, a professora tenha apenas exercido o seu papel de educadora; ou quem sabe, ela apenas tenha se visto em mim, assim como hoje me vejo nela. De todo modo, o que posso afirmar é que ela rompeu com um ciclo de humilhação que poderia surgir naquele momento. Além disso, como uma pedagoga negra, ela deixou evidente que prezava pelo bem estar de seus alunos. Seguindo esse caminho e entendendo a importância dessa valorização necessária em um ambiente escolar, bell hooks argumenta que:

O professor precisa valorizar de verdade a presença de cada um. Precisa reconhecer permanentemente que todos influenciam a dinâmica da sala de aula, que todos contribuem. Essas contribuições são recursos. Usados de modo construtivo, eles promovem a capacidade de qualquer turma de criar uma comunidade aberta e aprendido. [...] O entusiasmo é gerado pelo esforço coletivo. (hooks, 2013, p. 18).

Esse entusiasmo coletivo citado por bell pode chegar até às salas de aulas através dos aspectos a seguir:

1. **O/A docente como porta voz da valorização das diferenças:** em um contexto escolar, a presença de uma educadora atenciosa que se apresenta como defensora dos valores individuais de cada estudante, pode, assim, contribuir para a formação de futuros pensadores que podem vir a desafiar novos ciclos de humilhação na sociedade.
2. **As trocas compartilhadas dentro e fora da sala de aula:** quando cada estudante participa oferecendo novas ideias, participando das aulas ou compartilhando suas histórias, o ambiente escolar passa a se transformar em um lugar de debates e trocas humanizadas.
3. **O encontro com as diferenças:** Conviver com a diversidade - sexual, cultural, de raças e ideias - é fundamental para nos ajudar a crescer intelectualmente.
4. **A construção de pertencimento ao espaço escolar:** sentir-se parte da escola é fundamental. Ao perceber que cada um pode contribuir com algo, cada palavra, gesto ou ação são valorizados, e assim, passamos a fazer parte de uma sociedade que se importa com a fala de cada indivíduo.

Anos depois, em minhas primeiras aulas de inglês, tive um professor cuja metodologia de ensino me inspirava e levantava o astral de todas as turmas da escola. Hoje, compartilhando o mesmo ambiente de trabalho, tenho a oportunidade de ensinar ao seu lado e sendo seu amigo próximo, sei que faz parte da comunidade LGBTQIAP+, e posso observar diariamente em suas metodologias de ensino são práticas constantes para gerar esse entusiasmo coletivo, o que se mostra cada dia mais necessário nas nossas instituições públicas. Entre suas principais estratégias, quatro me chamam mais atenção:

1. **Protagonismo Estudantil:** por meio do projeto “MONITORIA”, ele estabelece monitores entre os próprios alunos. Desse modo, os monitores tornam-se responsáveis por auxiliar e aplicar atividades para outros alunos com alguma dificuldade,

promovendo o trabalho em grupo e o protagonismo desses estudantes, uma vez que passam a compartilhar os seus conhecimentos particulares.

2. **Ensino personalizado:** ele dedica parte de sua carga horária ao reforço escolar, em grupo ou individual, com foco no SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará) e estudos da linguagem, estabelecendo um ensino “olho no olho” com os estudantes o que possibilita uma atenção maior às necessidades específicas de cada um.
3. **Cuidado e acolhimento:** o professor busca se fazer presente na vida de seus estudantes de maneira acolhedora, ao invés de intimidar os alunos com a sua presença.
4. **Ensino interseccional:** se afirma como um detentor dos múltiplos saberes, colocando em evidência textos de autores e autoras em uma dimensão grandiosa e variada. Assim, contribui para o autoconhecimento dos alunos ao tratar temas como sexualidade, raça, gênero, regionalismo entre outras questões sociais, além de desenvolver projetos específicos que valorizam as identidades no ambiente escolar.

Levando esses aspectos em consideração, desde sua primeira aula de língua inglesa no ano de 2007, ele entrava na sala e dizia: “*Good morning class*”, e nós, em uníssono, respondíamos: “*Good morning teacher*”. Ou seja, esse docente dava valor a nossa voz e nós, em resposta, também dávamos valor a ele. Atualmente, replico esse ritual em minhas aulas, mas do meu jeito: “*Boa tarde, vocês estão bem?*”, e escuto, em uníssono: “*Estamos, professor, e o senhor?*”. Sendo assim, esse gesto de saudação simples de diálogo acaba me aproximando dos meus alunos ao ponto de considerarem a me pedir “a benção” quando eu entro em sala de aula. Não pelo arquétipo de “tio” e sim pelo respeito a minha religiosidade e por ficarem surpresos de ouvir uma resposta que não estão acostumados - “Oxalá abençoe”. Portanto, é importante entendermos que da mesma forma que ensinamos, podemos aprender em sala de aula através dessas pequenas trocas e com uma educação inclusiva o que rompe com a ideia de ensino unilateral que Freire chama de ‘educação bancária’, na qual o discente é apenas um receptor passivo do conhecimento do educador:

A educação bancária, típica da educação tradicional, consiste em ‘fazer depósitos’ no educando. Nela, o educador ‘deposita’ informações, enquanto o aluno é um receptor passivo. O conhecimento não é construído conjuntamente, mas transferido de maneira unilateral (Freire, p. 72).

Portanto, esse conhecimento acaba não sendo desenvolvido de forma colaborativa, porque retira a voz, as vivências, o protagonismo e as contribuições do indivíduo que está presente na sala de aula. Por outro lado, o educador que adota uma postura de acolhimento e valorização consegue descentralizar o conhecimento, reafirmando a educação como um lugar de autonomia, principalmente, para estudantes negros. Nesse sentido, “a pedagogia da diversidade é uma pedagogia da emancipação” (Gomes, 2017, p. 136).

Todavia, a escola quando não é vivida sob essa ótica de valorização do outro, ela não se torna um ambiente acolhedor para grupos marginalizados. Além de que, eu não tenho lembranças de outros professores que me fizeram questionar meu lugar no mundo e que poderiam vir a ser minhas referências futuras. Em outras palavras, não lembro de outros professores negros ou LGBTQIAP+ que me fizeram buscar entender a magnitude da minha identidade cultural.

Durante o ensino médio, minha formação de identidade e consciência política se fortaleceram, começando a se apresentar de forma mais concreta, consolidando minha percepção sobre preconceito e as mazelas sociais, mesmo que ainda de forma superficial. Esse desenvolvimento de identidade se uniu ao meu apreço pelas artes que desenvolvi durante as aulas de teatro e dança que realizei durante a minha infância e adolescência. Nesses anos, a escola se tornou o meu palco. Realizava várias apresentações artísticas voltadas para a cultura afro-brasileira, principalmente na Semana da Consciência Negra em novembro. Por exemplo, no ano de 2015, construí e encenei um monólogo sobre um corpo negro escravizado acorrentado em uma senzala - era meu último ano no ensino médio e eu me encontrava na intenção de chocar o público. Não querendo romantizar o sofrimento do negro, ou nos resumir apenas a correntes e açoites. Porém o meu objetivo era fazer com que a dor do povo negro chegasse até nossa escola de forma reflexiva e cuidadosa, através de um corpo negro, por tanto de forma crua e com um texto cruel, afim de explorar a humanidade de todos que assistiam a apresentação.

Apesar de eu não lembrar todas as palavras do texto, ainda lembro de todas as cenas: eu me curvava ao chão, chorava, gritava, e em certo momento do texto, no qual o personagem era chicoteado, eu gritava dizendo: “*Eu sinto o chicote arrancando a minha carne e o gosto de sangue na minha boca.*” Ao término da apresentação, olhei em volta e alguns dos professores estavam em lágrimas. Talvez eles compreendessem, por meio de teorias, o peso daquela cena, enquanto eu comecei a chorar porque aquela era a minha maneira de resistência

ao apagamento histórico da minha raça. Nilma (2017 p.97) diz que o movimento negro usa da arte como forma de libertação do corpo. Isto é, a arte e acrescento aqui a educação, quando praticadas de forma que transgridem o sistema colonial, deixa de ser apenas locais de aprendizagem e expressões vazias, e se transformam em espaços capazes de conectar pessoas ao sentimento de pertencimento no qual existir se torna, verdadeiramente, libertador.

Ao finalizar o ensino médio, ingressei em uma universidade particular, como cotista pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), na cidade de Fortaleza para cursar Turismo. Eu era o único aluno negro presente nas turmas. Consequentemente, essa experiência me colocou diante das diferenças culturais entre mim e os demais estudantes, majoritariamente brancos e classes média ou alta. Portanto, a sensação de isolamento e invisibilidade social era evidente tanto nas nossas interações do dia-a-dia, como na realização de trabalhos e grupos de estudos, com meus colegas de turma quanto na formação de grupos sociais, nos quais eu não me sentia pertencente a nenhum. Além disso, a universidade não ofertava nenhum meio de incluir cotistas a grupos específicos ou de permanência estudantil para alunos negros, ofertando apenas as cotas raciais no processo de seleção, não levando em consideração como o negro, pobre, periférico ou interiorano iria fazer para permanecer com condição de continuar seus estudos. “O peso desse fardo inescapável para alunos negros no meio acadêmico branco muitas vezes tem determinado o conteúdo e caráter da atividade intelectual negra” (hooks, 1995, p. 472). Ademais, a inclusão de diversidade no corpo docente da instituição não era visível. Esse estado de coisas pode ser, facilmente, compreendido a partir do conceito de racismo estrutural que está presente nas instituições. “O racismo é sempre estrutural, ou seja, integra a organização econômica e política da sociedade de forma que suas manifestações não são meras exceções ou desvios, mas sim parte do funcionamento normal das instituições” (Almeida, 2019, p. 20-21). Em outras palavras, o racismo é institucional e está presente em prédios públicos e privados, reproduzindo desigualdades estruturais que, mesmo sem atos explícitos de preconceito, não contribuem com a valorização do negro nos estudos e, a vista disso, no ambiente de trabalho. Por exemplo, o sistema educacional que, apesar das Leis 10.639/03 e 11.645/08 que tornam “obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena” (Brasil, 2003; Brasil, 2008). Esses saberes ainda são ensinados sem aprofundamento fazendo com que essas culturas se sintam invisibilizadas e excluídas de grupos sociais, pois ao não valorizar histórias de personagens negros e indígenas históricos durante seu currículo escolar, as contribuições

desses povos são reduzidas apenas à imagem do escravizado, da força bruta e do povo ultrapassado que veio de um território infértil.

Em contrapartida, ao ingressar na UNILAB, encontrei um espaço acadêmico que reconhecia e valorizava minha identidade negra e gay, além de abrir portas profissionais que eu jamais imaginaria alcançar. Por meio de parceria entre a universidade e a prefeitura de minha cidade, por um projeto governamental chamado Pacto pela Educação, passei a ter a possibilidade de atuar como professor de disciplinas eletivas em uma escola pública na localidade de Patos dos Liberatos em Chorozinho. Ao longo dos anos, desenvolvi práticas educacionais que fugiram do óbvio e agradaram os estudantes e ao grupo gestor da escola ao valorizar um ensino antirracista fundamentado nas vivências da UNILAB, e muitas vezes traçando uma ligação Escola/Universidade ao levar meus alunos para participarem de eventos culturais e artísticos nos campos da UNILAB, além de levar alunos internacionais até a escola para compartilhar suas histórias e culturas fortalecendo a integração. Esse processo possibilitou tornar-me uma referência em práticas pedagógicas antirracistas e na promoção da liberdade LGBTQIAP+, na minha cidade, Chorozinho, entre associações como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - que me convidou para realizar uma palestra para crianças sobre a importância da valorização cultural afro-brasileira, ao lado da primeira pedagoga transexual do município -, e a Secretaria de Educação do Município que passou a me convidar para discursar em escolas e eventos.

Foi nesse contexto que, durante a disciplina de metodologia II, sob a orientação de uma professora da universidade, Joceny Pinheiro, desenvolvi o projeto etnográfico chamado *Transformando a Educação*¹⁰. O objetivo do projeto consistia em produzir um *etnodoc*, um mini documentário etnográfico, que retratasse a vida e a trajetória profissional da primeira pedagoga transexual do município de Chorozinho, destacando sua trajetória, lutas e conquistas na intenção de promover a conscientização sobre a inclusão e diversidade de gênero no ambiente educacional local. Inclusive, o projeto foi pensado como fonte pedagógica, passando por exposições em escolas, universidades - como a UNILAB e a Universidade Estadual do Ceará (UECE) - e faculdades particulares da região metropolitana de Fortaleza, de modo a dar centralidade à narrativa de uma mulher trans, negra e interiorana que passou por cima dos estereótipos que, frequentemente, é colocada sob circunstâncias desumanas e levando as mulheres trans a uma vida de crimes ou prostituição em

¹⁰ ALBANO, Ylder. TRANSformando a educação. YouTube, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3do9KKZZqsA> Acesso em: 10 dez. 2025.

consequência a exploração negativa da sociedade acerca de suas identidades. Essa prática pedagógica tinha grandes influências descoloniais absorvidas pelos estudos na Universidade da Integração, principalmente fundamentadas em Kilomba (2019), que aponta essa valorização de experiências subalternizadas como uma quebra de invisibilidade histórica no que sob minhas análises durante minha pesquisa observei que se agrava ainda mais quando se estamos falando de transexuais/travestis negras. “Descolonizar o conhecimento significa abrir espaço para vozes que foram historicamente silenciadas pela colonialidade do saber, permitindo que experiências subalternas sejam reconhecidas e valorizadas” (Kilomba, 2019, p. 25).

Dada essa importância, semestres depois, o projeto foi contemplado pela Lei Paulo Gustavo¹¹, lei de incentivo e fomento a cultura, o que possibilitou a criação de uma nova obra com apoio profissional de editores, assistentes, diretores de arte e som, intitulado TRANSformando¹², garantindo assim um produto mais detalhado a respeito da pedagoga retratada no projeto, além de abrir espaço para entrevistados do meio social da mesma, como a presença de sua irmã, da melhor amiga e da minha presença, e foi gravado na casa dela e na escola em que trabalhamos. Esses dois projetos são, atualmente, utilizados como referências na disciplina de Metodologia II, aplicada por essa professora que me orientou, na UNILAB.

Portanto, **Transformar a Educação**, ação que dá nome a esse capítulo, é também sobre modificar a maneira de relatar histórias no meio educacional, é valorizar a vivência, a classe, a cor e o saber do aluno e do educador. Uma educação que não apenas fala **sobre**, mas que fala **com e a partir de**.

A UNILAB e meus métodos de ensino ainda me possibilitaram ser convidado a ministrar uma palestra para professores da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) sobre experiências e práticas de educação antirracista em uma formação pedagógica ofertada pela Secretaria da Educação de Chorozinho. Entre os presentes, estavam professores que passaram pela minha vida durante a minha formação escolar, incluindo a pedagoga que me alfabetizou e que se fazia presente fantasiada com um vestido de chita rosa remetendo a uma criança e segurando uma boneca preta de pano na mão para iniciar o evento realizando um círculo de leitura do livro “Menina bonita do Laço de Fita” da autora Ana Maria Machado (1986) que traz reflexões a respeito da valorização de nossas diferenças, independente da cor

¹¹ A lei nº 195/2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo, fornece medidas emergenciais para o setor cultural brasileiro com recursos para apoiar artistas afetados pela pandemia de Covid-19. A lei homenageia o ator e humorista Paulo Gustavo, vítima da doença em 2021.

¹² ALBANO, Ylder. TRANSformando. YouTube, 09 jan. 2025. Disponível em: <https://youtu.be/WsDxZqhkPp8?si=rpK5Ny8w6XXBL4gj> Acesso em: 10 dez. 2025.

da pele ao narrar a história de uma menina preta que passa a ser questionada por um coelho quais os motivos de ela ter essa cor tão pretinha. Assim, tenta contribuir com reflexões acerca da identidade e ancestralidade negra. Ou seja, o livro visa passar a mensagem de que somos negros porque nossos ancestrais eram negros, nossos pais e nossos avós eram negros. Mas vendo a performance da pedagoga pude observar alguns pontos que prejudicam o seu uso em um sistema educacional crítico. Em certo momento a personagem ao refletir sobre sua cor, diz que é negra porque caiu em um balde de tinta preta. Sabendo que a professora tinha a melhor das intenções e que essa reflexão talvez nem tivesse passado pela sua cabeça, decidi guardar para mim e refletir sobre isso mais tarde. Ao finalizar a leitura, ela trouxe para o diálogo uma reflexão sobre o valor do saber negro e a importância do negro deixar afetos e legados na sala de aula. Então, olhou pra mim e disse: “Você é o meu legado”. Eu, um homem negro, gay e marginalizado, estava, naquele momento, ouvindo que era o legado de alguém que eu admiro desde quando estava aprendendo a ler. Alguém acreditava em mim. Pela primeira vez, em anos, eu não me senti impotente.

Durante a palestra que veio logo após o círculo de leitura, dialoguei com autores, que levei das minhas referências unilabianas, como Fanon, hooks, Kilomba, Freire, entre outros. Com base nesses teóricos, reforcei o conceito de colonialidade, decolonialidade, construção da identidade negra dentro da sala de aula, e como ensinar pode ser um ato de resistência ao pensamento colonial que insiste em silenciar vozes negras dentro e fora das instituições de ensino.

O que percebi que muitos desses profissionais não sabiam desses conceitos, práticas e muito menos conheciam esses autores que eu estava citando ou tinham parado alguma vez na vida para refletir sobre temas a respeito da educação crítica e antirracista sem ser no mês de novembro para trabalhar o Dia da Consciência Negra. Diante disso, os questioneei se em algum momento eles haviam levado para suas aulas textos de autores ou autoras negras com narrativas que fugiam dos padrões coloniais de ensino ao trazer narrativas de pessoas marginalizadas para dentro da sala de aula e me surpreendi quando todos balançaram a cabeça dizendo que não.

Nesse momento fui surpreendido por uma professora branca, que indagou: “*Mas o homem negro só foi escravizado porque era mais forte do que o branco*”. Essa afirmação traduz o que Cida Bento denomina pacto narcísico da branquitude, em sua tese de 2002 que mais tarde se transformou no livro Pacto da Branquitude (2022), isto é, esse pacto distorce a

história e protege privilégios dos brancos sejam eles sociais, econômicos ou políticos servindo para excluir pessoas subalternizadas dos espaços de poder. “Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas que visa manter seus privilégios” (Bento, p. 18, 2022).

Sabendo disso, enquanto todos me olhavam esperando minha resposta, respirei fundo e respondi em seguida que a escravidão não se tratou de força física, mas de um projeto capitalista, racista e político sustentado na exploração e desumanização da população negra e indígena e que essa lógica não se passava de uma maneira que a branquitude encontrou de maquiagem a violência causada pelo seu povo. Além disso, reforcei o que Cida Bento argumenta sobre Herança Histórica: “Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para pessoas brancas” (Bento, p. 23, 2022).

Ao final da palestra, ressaltar a importância de abordagens pedagógicas antirracistas para que possamos avançar com uma educação libertadora que rompa com esse mito a respeito da ancestralidade negra dentro das instituições de ensino. Dentre essas estratégias apresentadas, destaquei: (1) adaptar o currículo educacional para incluir saberes negros, indígenas e populares; (2) valorizar biografias marginalizadas na sala de aula; (3) realizar círculos de leitura com obras afro-brasileiras e LGBTQIAP+ que dialoguem com a realidade e idade dos estudantes; (4) incentivar a produção de narrativas próprias dos alunos; e (5) valorizar a oralidade, memórias, músicas populares, e ancestralidade, podendo realizar rodas de conversa como ferramenta pedagógica.

"O Movimento Negro constrói um projeto educativo emancipatório e, dentro deste, socializa os saberes construídos pela população negra ao longo de sua trajetória histórica..." (GOMES, 2017, p. 130). Portanto, essa emancipação causada pela educação, que chegou até mim por meio de uma pedagoga negra, um professor gay e uma universidade em sua maioria composta por corpos negros, é o que me permite hoje ocupar uma sala de aula como professor. Além de mostrar que corpos marginalizados que ensinam é um exemplo de como caminhar contra o silenciamento histórico, criando novas formas da comunidade negra se libertar das amarras sociais, viver e de se fazer presente no mundo através de uma educação de igual para igual formando indivíduos libertários. "Emancipem-se da escravidão mental. Ninguém além de nós mesmos pode libertar nossas mentes." (Bob Marley, 1980).

V: DIÁRIO DE UM FILHO DE DETENTO

“Cada sentença um motivo, uma história de lágrima. Sangue, vidas inglórias, abandono, miséria, ódio, sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo. Misture bem essa química. Pronto, eis um novo detento” (Racionais Mc’s, 1997).

No momento em que escrevo estas linhas, final de setembro de 2025, todas as capitais brasileiras estão tomadas por manifestações contra a “PEC da Blindagem”¹³, ou como ficou conhecida nacionalmente, a “PEC da Bandidagem”. Na prática, essa PEC alimenta um mecanismo de autoproteção criado pela classe política, e desse modo, revela uma lógica histórica do nosso sistema de justiça que não apenas protege os poderosos e os seus privilégios, mas também dificulta que sejam cassados, julgados e condenados por crimes, ainda que considerados graves, já que exige autorização prévia por uma votação secreta da Câmara ou Senado.

Essa lógica, por sua vez, é a fundação de nosso território que, desde a invasão portuguesa, instaurou um sistema de exploração no qual submeteu os povos indígenas ao domínio do homem branco e que mais tarde passou a trazer povos do continente africano para fazer parte desse sistema de submissão, silenciamento, exploração e tortura. Em outras palavras, o Brasil foi desenvolvido sobre uma estrutura que naturalizou o privilégio branco e elitista.

Sendo assim, para os poderosos, o crime, o julgamento e o sistema penitenciário não fazem parte de sua realidade; o cárcere está para o pobre, para o negro, para o marginalizado - sem segredo ou proteção do Estado.

Diante dessa realidade, a persistência das violações dos direitos no sistema prisional brasileiro levou o Supremo Tribunal Federal (STF), a reconhecer a violação massiva e estrutural dos direitos no sistema carcerário. Essa ação ocorreu com a conclusão do

¹³ Segundo Pedro Rafael Vilela (2025), repórter da Agência Brasil, A PEC da Blindagem (PEC 3/2021), foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 16 de setembro de 2025, mas rejeitada por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) em 24 de setembro do mesmo ano, sendo arquivada. A PEC determinava que deputados e senadores só pudessem ser processados criminalmente após autorização prévia da Casa Legislativa, por meio de votação secreta. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-09/pec-da-blindagem-e-aprovada-por-deputados-e-vai-ao-senado> Acesso em: 09 dez. 2025.

juízo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347 (Brasil, 2023), proposta apresentada pelo ministro Luís Roberto Barroso e acompanhada pelo ministro Gilmar Mendes.

“Segundo Mendes, os presos brasileiros são submetidos a tratamento desumano e inconstitucional, e é necessário garantir a eles direitos básicos assegurados a todos cidadãos” (BRASIL, 2023).

Ao final do julgamento, o ministro Barroso observou que a questão prisional é um tema de difícil solução em todo o mundo, mas a decisão do STF pode representar um avanço para superar o problema. “Espero que este seja um passo relevante para melhorar, minimamente que seja, as condições degradantes do sistema prisional brasileiro”, afirmou. Segundo o presidente, os presos são privados da liberdade, mas não de dignidade, e a decisão tem interesse social, a partir da premissa de que o sistema penitenciário deficiente realimenta a criminalidade (STF, 2023).

O STF homologou, em 18 de dezembro de 2024, o Plano Pena Justa - Plano Nacional de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) nas Prisões Brasileiras - projeto que foi elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o governo federal. Esse plano visa enfrentar os problemas presentes nas instituições carcerárias do país “e estabelece diretrizes para a gestão do sistema prisional, incluindo o controle do fluxo de entrada e saída de pessoas, a qualificação dos serviços oferecidos e o aprimoramento da ambiência prisional” (MDHC GOV, 2025).

A decisão indicou que há violações sistemáticas de direitos humanos nas prisões, que oferecem condições precárias de infraestrutura, higiene e alimentação, atendimento insuficiente em saúde, superlotação, insuficiência na gestão processual das pessoas apenadas e relatos de tortura e maus tratos. Esse cenário configura um estado de coisas inconstitucional (ECI), reconhecido pelo STF (CNJ, 2025).

Portanto,

Tal estado de desconformidade compromete a capacidade do sistema prisional brasileiro de promover uma responsabilização justa, com efeitos na reinserção social dessas pessoas na vida pós-cárcere e na reincidência criminal. Tem, portanto, impactos significativos não apenas na vida das pessoas apenadas, mas no cotidiano, na segurança e na garantia do bem-estar social de todas e todos. (CNJ, 2025)

De acordo com o ministro Luís Roberto Barroso (2025), o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, em sua maioria homens (94,5%), negros (70%), e mais da metade (54,8%) sem conclusão do ensino fundamental.

Segundo, Verônica Serpa (2025) para o site Alma Preta, na qual ela analisa informações do documento presente na plataforma Observatório Nacional dos Direitos Humanos, esse é um crescimento desproporcional do número de indivíduos negros encarcerados em relação a quantidade de pessoas brancas. Além de,

O documento do ObservaDH descreve a mortalidade nas prisões brasileiras como “alarmante”. Em 2023, foram registrados 3.091 óbitos em todo sistema penitenciário. Do total, 46,8% são atribuídos a problemas de saúde, 22,7% a mortes criminais e 22,6% a causas desconhecidas” (Serpa, 2025).

O que justifica a revolta das mais de 40 mil pessoas que foram às ruas erguendo cartazes com frases como “PEC da bandidagem não” e “Sem anistia para golpista” e gritar em meio a uma revolta contra um ato que fere a democracia brasileira.

A exemplo disso, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que cumpre prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica mesmo após as acusações ligadas à tentativa do golpe, e também, o doleiro Alberto Youssef, condenado por lavagem de dinheiro e a justiça, ainda, autorizou a retirada de sua tornozeleira eletrônica em 2024 antes do cumprimento total de sua pena.

De um lado, o Estado assume compromissos formais no enfrentamento à tortura e à superlotação carcerária; de outro, mantém mecanismos seletivos que impõem privilégios, como celas especiais para Ministros do Estado, Senadores, Deputados Estaduais e Federais; líderes religiosos como padres e pastores; Delegados, Policiais, Magistrados, Advogados entre outros. Mesmo após o fim do benefício, ou seja, encerramento da lei, para quem possui curso superior, em 2023.

Sobre o fim desta lei, foi dito que

Apenas o fato de a cela em separado não estar superlotada já acarreta melhores condições de recolhimento aos beneficiários desse direito, quando comparadas aos espaços atribuídos à população carcerária no geral - que consiste em um problema gravíssimo em nosso país, podendo extrapolar em até quatro vezes o número de vagas disponíveis (STF, 2023).

Esse sistema de separação permaneceu até o ano de 2023, quando foi revogada para formados no ensino superior. Entretanto, não significou, de fato, o fim dos privilégios, ao continuar com as celas especiais para políticos, favorecendo aqueles que já se encontram em contextos de privilégios sociais e que têm ou tiveram a oportunidade de adentrar em uma universidade, levando em consideração que “apenas 11,30% da população geral tem ensino superior completo e em que somente 5,65% dos pretos ou pardos conseguiram graduar-se em uma universidade” (STF, 2023).

Em resumo, o discurso “bandido bom, é bandido morto” defendido pela direita nunca se destinou aos brancos, aos burgueses ou aos políticos, mas sim à população negra por ser capaz de expor cicatrizes coloniais, marcas escravocratas e por sofrer, consequentemente, uma tentativa de silenciamento social.

Grada Kilomba (2019) afirma no primeiro capítulo da sua tese, publicada como livro, que o instrumento colocado para tapar a boca de escravos, presente na obra “Máscara de Anastácia”, retrata um instrumento real, utilizado por escravocratas, o qual pretendia provocar um senso de mudez e medo. Na obra em questão é retratada uma mulher que veio a óbito por decorrência dos maus-tratos e torturas a qual era submetida.

Esse instrumento de tortura, feito a base de metal, é proposto pela autora como símbolo do colonialismo e suas abordagens desumanas que modelaram o nosso país. Assim como, para os dias atuais, as prisões brasileiras e a dificuldade de negros em ter uma oportunidade de ensino, emprego ou uma vivência social adequada transformam essa máscara em um sistema opressor, e torna-se um instrumento funcional na subjugação dos negros.

Kilomba (2019) analisa que o pensamento do homem branco acerca do colonizado é de que queremos tomar o que é deles por direito e por isso temos que ser excluídos. Ou seja, ocorre inversão de papéis sociais operada por colonizadores: o sujeito negro é considerado ameaçador por supostamente desejar roubar o que é deles, desconsiderando que o bem do colonizador, em si, é fruto de roubo.

A punição, contudo, se dá em duas dimensões: primeiro na ameaça do uso da máscara, isto é a ameaça da prisão, da subjugação, da violência, do apagamento cultural e da privação de liberdade; e, segundo, na máscara como prisão, efetivamente, ou seja, nas violências estruturais desse sistema - como as celas, as grades e a tortura física e psicológica.

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada? E o que o sujeito branco teria que ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o(a) colonizado(a) falar, o(a) colonizador(a) terá que ouvir e seria forçado(a) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do ‘Outro’. Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos. Eu realmente gosto desta frase “quieto como é mantido”. Esta é uma expressão oriunda da diáspora africana que anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (Kilomba, 2019, p.).

A expressão “quieto como é mantido”, trazido pela autora, dialoga com nossa realidade que foi mantida em silêncio por muito tempo tornando-se uma metáfora para as verdades históricas questionadas sobre o sistema escravocrata, o colonialismo e o racismo.

Desse modo, podemos nos perguntar: quem é proibido de falar? O que é proibido se falar? A manutenção do silêncio realizada no Brasil é uma estratégia ativa de controle, isso é difícil de se negar, e ir contra esse silenciamento é revelar os “segredos” e pôr em evidência os horrores que organizam o Brasil. É um apelo à responsabilidade, especialmente daqueles que estão em lugares de tomada de decisões políticas, para que o povo negro não continue a sofrer com o silenciamento tal qual os escravizados.

No dia 07 de julho de 2007, a vida da minha família deu uma reviravolta. Meu pai foi preso. Se tornou estatística. Levado para a senzala contemporânea. Vítima direta do silenciamento. Mais um corpo negro em cárcere.

Lembro que era um dia em que, à primeira vista, parecia um dia comum em Chorozinho. Os pássaros cantavam pela cidade exercendo os seus livre-arbítrios. O sol clareava o céu da manhã e o rio cortava a cidade em correnteza. E eu voltava pra casa de um passeio com minha vizinha, esperando retomar a proteção que apenas o nosso lar poderia nos proporcionar. Porém quando virei a esquina da minha rua, avistei viaturas postas à porta da minha casa. Havia um silêncio ensurdecedor. Sem sirenes ou sinais de agressões verbais vindo de ambas as partes. Somente o medo permanecia ali e, automaticamente, ele se instaurou em mim.

Ao chegar em casa, observei minha avó materna tentando evitar, de forma calma e preocupada, a vistoria que estava sendo realizada na nossa residência. Minha avó não queria evitar que achassem algo de ilícito. Ela apenas repetia: “Não bagunça minhas coisas.” Suas mãos tremiam enquanto tentava proteger o que restava de suas memórias: álbuns de fotos que guardavam lembranças de seu passado no sertão central, panelas que colecionava como quem guarda em excesso de mania, quadros e suas imagens de santos. Todo cuidado, usado como escudo por minha avó, parecia insuficiente diante do clima pesado do que acontecia. Até no leite que ela guardava, diariamente, em seu mini caldeirão de ferro eles enfiaram o dedo para revistar. Camas e guarda-roupas revirados, objetos quebrados e cães de guarda farejando no meu terreiro. Eu não reconhecia a minha própria casa.

A notícia chegou: meu pai, que não estava em casa, se encontrava preso. Minha mãe chorava, curvando-se sobre si mesma. Minha avó conferia suas fotos após jogar o leite fora. E minha irmã, que estava grávida aos quinze anos, se encontrava na escola, em um curso, e teve que voltar para casa. Ao chegar, foi impedida de entrar em casa pelos policiais. E ali, naquele momento, fomos marcados pelo trauma colonial que nos chegou através dessa lógica racista que aprisiona o preto. Nesse sentido, o racismo pode ser visto como uma noção de atemporalidade do trauma colonial, como afirma Kilomba (2019). Para a autora,

Todos os episódios revelam um sentimento de atemporalidade, quando a pessoa negra é abordada no presente como se estivesse no passado. (...) Essa sensação de imediatismo e presença é o terceiro elemento do trauma clássico. Um evento que ocorreu em algum momento do passado é vivenciado como se estivesse ocorrendo no presente e vice-versa: o evento que ocorre no presente é vivenciado como se estivesse no passado. O colonialismo e o racismo coincidem. (...) O passado agride no presente (Kilomba, 2019, p. 222-223).

Ou seja, a violência racial e o racismo estrutural constituem uma ferida sempre aberta, um sentimento que nos persegue para o resto de nossas vidas. Para Kilomba (2019) é uma ferida que nunca foi tratada, que dói sempre e, às vezes, infecta. O que evidencia uma alienação, que se assegura na negação de nossa raça como mecanismo de defesa. Isto é, uma negação de nossa própria identidade enquanto negros, mas também uma negação das violências vividas no dia-a-dia.

Contudo, posso afirmar que a prisão do meu pai não foi um caso isolado, mas parte desse sistema atemporal; um sistema que não ressocializa, como previsto na lei, o preto de forma libertadora, mas que extirpa nossa identidade e não dá oportunidade de melhorias de vida na sociedade para que negros, pobres e periféricos não entrem para o mundo da criminalidade.

Mais tarde, naquele mesmo dia, os policiais voltaram à nossa casa e realizaram outra vistoria. Não satisfeitos por não terem encontrado nada que incriminasse meu pai ou a minha família na primeira vez em que nos invadiram e no momento em que prenderam o meu pai. Minha mãe diz sempre que, se eles tivessem encontrado o que procuravam, ela também teria sido presa naquele momento, pois ouviu os policiais comentarem entre si: “Se nós tivéssemos dado umas ‘mãozada’ nela, ela teria entregado tudo”.

Fanon, em seu livro “Os condenados da Terra” (1961), culpa o sistema colonial e o colonizador por essa violência que chega ao negro em nosso lar e desmantela nossa razão.

O mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos da polícia. Nas colônias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o polícia e o soldado. [...] O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado. [...] (Fanon, 1961, p. 33).

Por que minha mãe deveria sofrer uma agressão, se quem a polícia procurava já estava preso? Essa ameaça de agressão seria uma materialização da violência colonial estrutural que se reproduz tanto dentro quanto fora das prisões brasileiras? A violência, a tortura e o cárcere não acontecem apenas dentro dos presídios, elas estão também na

abordagem policial, incluindo nas nossas próprias casas, ela está na reação dos brancos frente a essa situação; elas vivem, ainda, no sentimento de negação social que nós, pessoas negras, sentimos após um enquadro na rua ou dentro do próprio lar.

Enquanto meu pai aguardava o julgamento jurídico, vieram as visitas semanais. Nos anos 2000, em Chorozinho, os presos eram levados e mantidos na delegacia municipal, enquanto esperavam seus julgamentos e ali permaneciam até cumprirem a pena. Diferente de hoje, que ao serem capturados, são levados para a “Captura”, em Fortaleza, e após a audiência de custódia são destinados para um dos presídios na cidade de Itaitinga.

As visitas eram realizadas no meio da semana. Eu me lembro que saía da escola, no meio da aula, e seguia em direção ao meu pai. Deixava para trás várias crianças curiosas que não paravam de me questionar sobre como era ter um pai preso. Eu não fazia ideia dos comentários que corriam sobre mim e minha família quando não estávamos por perto.

A cadeia onde meu pai estava preso era uma delegacia pequena e claustrofóbica, com apenas uma recepção, uma sala para a realização das vistorias íntimas, um corredor, três celas, uma cozinha e um pátio para o banho de sol. As visitas ocorriam no corredor, na qual éramos separados pelas grades das celas e líamos as cartas que os amigos e familiares do meu pai enviavam-lhe e as que ele escrevia para enviar como resposta. Por vezes, cantávamos músicas que ele compunha em cadernos sem arco e, assim, nossa casa se encheu de manuscritos escritos dentro das celas. Uma única esperança de liberdade.

O ambiente era hostil e insalubre. A intimidade nos era tirada desde o primeiro passo dado dentro daquele prédio. Tudo ali era totalmente inapropriado para uma criança que ainda estava aprendendo a ler o mundo e iria levar dali cicatrizes que seriam eternas, principalmente as deixadas pelas vistorias íntimas antes das visitas que, mesmo criança, me colocavam em um lugar de humilhação, medo e violação do meu corpo, psique e inocência.

Naquele momento, não fazia mais sentido para eu brincar de polícia e ladrão no terreiro; além de minha infância ter sido roubada, ela foi violada e exposta. Minha mãe passou a viver refém desse sistema, ao passar a cozinhar, todos os dias, o almoço e a janta para o meu pai encarcerado, enquanto íamos deixar para ele as marmitas que minha mãe montava com tanto afeto. Todavia, ao chegarmos, todo o afeto era destruído violentamente com uma faca pelo agente ao revirar toda a comida na vistoria.

Éramos vigiados e humilhados constantemente, como se a imagem da prisão tivesse exposta em nossa pele preta. Hoje eu entendo quando Fanon diz que o que o negro quer nessa sociedade colonial é ser branco. Não é uma questão estética, é sobrevivência social. É escapar da negação sistemática.

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me exirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco [...] (Fanon, 2008, p. 94).

Essa necessidade do embranquecimento, apontada pelo autor, torna-se ainda mais complexa no contexto latino-americano, visto que está ligada ao processo histórico de subalternização de raças em nosso país. Reforçando a exclusão social e racial de forma sistemática como aponta Gonzalez:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (Gonzalez, 2020p [1988c], pp. 131).

Meu pai permaneceu em regime fechado por um ano e depois foi inserido no regime semiaberto, quando passou apenas a dormir na cadeia. Entretanto, quebrou o regime e retornou para cumprir o restante da pena. Assim, iniciou um ciclo de idas e vindas ao sistema carcerário, historicamente ligado à realidade de senzala que o negro vive.

Essa travessia do cárcere na vida da minha família não pode ser analisada como um caso isolado, mas sim como esse processo histórico brasileiro. Como exemplo disso, o caso de Rafael Braga - homem negro, catador de latinhas, pobre, em situação de rua - tornou-se símbolo da seletividade carcerária no Brasil no ano de 2013. Abordado durante manifestações no Rio de Janeiro, por portar frascos de Pinho Sol e água sanitária, ele foi preso e condenado sob a acusação de ter material que seria usado para confecção de bombas “caseiras” - note para a ironia da coisa - mesmo após a perícia comprovar que os produtos não tinham potencial explosivo.

Rafael permaneceu em prisão preventiva por cinco meses no Complexo Penitenciário de Japeri até que a sentença proferida pelo juiz Guilherme Schilling Pollo Duarte da 32ª Vara Criminal do Rio de Janeiro o condenou a 5 anos e 10 meses de reclusão, mesmo após o esquadrão antibomba da Polícia Civil atestar que os frascos apreendidos continham ínfima capacidade explosiva. (Beatriz, 2020).

Além de,

em dezembro de 2015, Rafael Braga teve direito à progressão ao regime aberto, sendo monitorado apenas por uma tornozeleira eletrônica - vale a pena ressaltar que, de acordo com a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/84), o monitoramento eletrônico deveria ser aplicado apenas àqueles em regime semiaberto. (Beatriz, 2020).

Para Beatriz (2020), essa história exemplifica o racismo estrutural presente no sistema de justiça criminal brasileiro, que enxerga o negro como um risco em potencial, com base na sua cor, idade e classe social, a quem é negado o direito à ampla defesa. O devido processo legal não é aplicável a todos os cidadãos. Traduzindo: estão mentindo para nós.

Ainda em 2013, em uma noite de julho, um homem chamado Amarildo foi abordado em um bar na favela da Rocinha. “Detido para averiguação pelos policiais militares (PMs), o pedreiro nunca mais foi visto com vida. Suas últimas imagens registradas são distorcidas, registros de câmeras de segurança que o flagraram entrando no carro da Polícia” (Resende, 2014). Seu desaparecimento gerou comoção nacional e deu origem ao movimento “Onde está Amarildo?”, que se espalhou por todo o país.

Meses depois, a verdade veio à tona: Amarildo foi submetido a uma sessão de choques elétricos, agressões físicas, e torturado com um saco em sua cabeça durante 40 minutos por policiais. “Ele era epilético, e não resistiu aos golpes, vindo a falecer em seguida.” (Resende, 2014).

Como aponta Júlia Lopes em sua coluna no site Senado Federal, o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 14.797/2024, que instituiu o Dia Nacional de Combate a Tortura em 14 de julho. Isto porquê essa lei,

É, também, uma forma de preservar a memória para que violações como as sofridas por Amarildo não caiam no esquecimento. A promoção da memória é parte do processo de reparação defendido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, como enfatizou Fernanda Nascimento, representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania no debate ocorrido no final de 2023, na Comissão de Direitos Humanos do Senado. (Lopes, 2024).

Na minha cidade, em Chorozinho, ocorreu o assassinato desumano de Mizael Fernandes da Silva Lima, de apenas treze anos, sob essas mesmas circunstâncias de exploração de poder policial e abuso de autoridade. A morte do adolescente aconteceu durante a madrugada do dia 01 de julho de 2020. O menino, de família negra, que sonhava em ser vaqueiro, foi baleado com um tiro de fuzil e morto dentro da casa de sua tia, enquanto dormia, por três policiais militares, que alegam serem atacados por uma pessoa armada.

O caso ficou conhecido nacionalmente por escancarar uma violência policial tão inacreditável para o grande público, e pelos privilégios dos três funcionários públicos, além

do sumiço repentino da testemunha chave desse crime que deixou toda a cidade se questionando se havia envolvimento nessa crueldade do caso de Mizael. Mesmo assim, o processo foi finalizado com pedido de absolvição dos três agentes envolvidos, sob a justificativa de “legítima defesa” mesmo após ser provado que os policiais alteraram a cena do crime; mas como não tinha testemunha viva, não havia quem mantivesse uma acusação direta contra os policiais. Posto isto, quais seriam os perigos que uma criança de treze anos que estava dormindo poderia oferecer a três agentes da PM armados de fuzil? Essa criança não era uma ameaça; o sistema que é uma verdadeira ameaça. Um caso típico de imprudência policial que atravessou, literalmente, o corpo de um inocente.

Cinco anos depois, a família lida com diferentes camadas de impunidade e injustiça. Em 2023, a tia do menino, Lizângela Rodrigues, desapareceu. Ela era a única testemunha do caso. Até hoje, as investigações não esclareceram seu sumiço. Além disso, a família convive com traumas e instabilidade na saúde mental. Problemas como depressão e ansiedade passaram a ser tratados entre as irmãs mais novas e a mãe de Mizael. (Silva, 2025).

A violência policial não acabou no ato que ceifou a vida de Mizael. Sua família passou a carregar um luto eterno em decorrência disso. Tiveram como consequência a degradação de suas mentes por meio dessa violência que nos transforma em alvos, mesmo que o crime seja incabível em nossa realidade.

Entendi bem essa dinâmica. Depois que o juiz assinou o alvará de soltura do meu pai - ou melhor dizendo, a carta de alforria contemporânea -, ele foi posto em “liberdade”. Portanto, a nossa convivência, no nosso território, já não era a mesma há muito tempo.

Sua saída do sistema não apagou a história do cárcere em nossa família, e isso ficava evidente nos silêncios dos nossos vizinhos, na indiferença por parte de alguns familiares, na maneira como éramos olhados na rua. Para nós, negros e pobres, o sofrimento se estende para além da sentença penal e precisamos passar por tudo em constrangido silêncio, apenas aceitando o fato de que somos parte de um cárcere colonial.

Ainda criança, o pai de um dos meus melhores amigos o proibiu de ter amizade comigo por eu ter um pai preso, e não importava se eles eram nossos vizinhos e que eu estudava com seu filho, ele apenas expôs a falta de humanidade que brancos cultivam em cima de corpos negros, mesmo que esses corpos tenham crescido lado a lado. Isso fez com que se tornasse extremamente difícil para mim construir vínculos com outras pessoas e construir amizades, pelo fato de sermos sempre apontados, pelos pais de meus colegas, como o filho do homem que foi preso. Anos depois, já na minha adolescência, soube do

descontentamento do pai desse meu melhor amigo de infância por ver o filho ainda amigo de alguém como eu - negro, gay e condenado a ser sempre o filho de um detento.

Hoje, não consigo permanecer diante da sua presença; me resguardei em mim e no meu povo, sem portas ou janelas abertas para o terreiro. Apenas a solidão do eu e dos que compartilham comigo suas dores.

Trata-se de um cárcere pós-encarceramento, que aprisiona até quem não foi encarcerado diretamente. Ou melhor dizendo, a liberdade formal não coincide com a liberdade real.

Ficamos à mercê de um exílio social, sem amigos, sem justiça, sem pertencimento, que é atravessado pelo racismo durante e após a pena; sendo uma das consequências da falta de verdadeiras políticas públicas voltadas para a ressocialização do apenado que deveria ocorrer dentro das instituições prisionais. Uma subjugação profunda, herdeira intrínseca da colonialidade: “*Carceridade*”.

A *carceridade* nasce, neste ensaio, da junção de duas palavras: o substantivo “cárcere” e o sufixo “-dade” ou “-idade”. O substantivo cárcere, deriva do latim *carcer*, e tem o significado de prisão, lugar em que alguém está preso, calabouço, cadeia, e também era usado, segundo o Dicionário Priberam, como um lugar nos circos de onde saíam os cavalos para o espetáculo. O sufixo *-dade*, oriundo do latim *-itā* ou *-itās*, segundo Camila Timm e Lúcia Sá Rabello (2011), indica qualidade, propriedade ou estados. Como crueldade, indignidade e iniquidade; qualidade daquilo que é injusto, imoral e perverso. Além de acrescentar a essa ideia uma dimensão de *tempo* associada à palavra *idade* que indica, segundo o conhecimento popular, à época, os anos, a velhice, a trajetória.

Desta forma, o termo *carceridade* não se limita apenas ao sentimento do encarcerado em si, mas sim a uma dimensão atemporal que rodeia o corpo do preso e respinga em todos os sujeitos de sua convivência social.

Essa dimensão, portanto, se estrutura em três camadas:

1. Espacial: o sentido de cárcere - aprisionamento - como clausura, restrição, controle;
2. Qualitativa: uso do sufixo *-dade* como indicativo de desigualdade, ilegalidade, colonialidade etc;
3. Temporal: a idade como permanência, continuidade, por todo o tempo de vida - a prisão eterna após a detenção.

Não quero aqui, com esse termo, re-inventar a roda. Reconheço os trabalhos de autores(as) que estudam a vida pós-cárcere, como será aprofundado no capítulo a seguir. A

minha tentativa é instaurar um campo significativo capaz de contribuir com os sentidos de povos negligenciados pela linguagem eurocêntrica que não aborda, de maneira significativa, a realidade de pessoas que, como eu, têm suas vidas atravessadas por esse sistema elitista e racista.

VI: O QUE SOBROU DE NÓS?

Permita-me iniciar esse capítulo com um conto:

Numa cozinha branca e abafada, pelo peso do ar preso, pouco iluminada, dezesseis mulheres pretas estavam juntas e livres, por um breve momento, para jantar.

Estavam em busca de uma reconstrução. Ou melhor, ressocialização.

Entre as quatro paredes, uma graciosa senhora - a anfitriã - privada de liberdade. Era tímida e evitava contato visual como um branco evita o preto. Quando sorria, o lado direito de seu rosto permanecia paralisado, só um lado erguia seus lábios até a orelha. E quando piscava o olho era apenas o esquerdo que batia as pestanas. Quando estava cansada de ver o mundo levava seu dedo até o olho direito e o fechava.

No centro da cozinha havia apenas uma pequena mesa de madeira velha e um único prato servido às convidadas que estavam acomodadas no chão: uma sopa grossa, preta e densa.

Uma das pretas, pediu um copo de leite.

Outra, movida pela fome, foi logo se servindo e dando várias colheradas.

Curiosa, uma das pretas, virou-se para a anfitriã - que fechava seu olho direito - e perguntou o que tinha naquela sopa.

O que sobrou de mim. - disse a negra.

Silêncio. As outras pretas não ousaram em provar a sopa. Até a preta que a fome não deixara esperar, largou o prato.

Exceto a que tomara leite que devorou o cárcere minutos depois. Osso por osso.

Neste momento, já está bastante explícito que este trabalho não se preocupa em cumprir irrefletidamente requisitos formais da escrita impostas pela academia, muito menos tem a necessidade de se encaixar nas normas eurocêntricas inventadas para medir o que é ou não é saber genuíno. O que quero dizer é que *não estou nem aí* para as expectativas impostas a mim com esse trabalho, pois não me importa as expectativas hegemônicas que pretendem me formar um estudante padrão. Eu quero mesmo é escrever como me sinto.

Estou com raiva. Uma raiva que se justifica na aversão às mazelas impostas aos meus, meu corpo e à minha família. Para Audre Lorde (2019), essa raiva nasce como resposta às atitudes racistas e às consequências que brotam desse modelo contínuo de opressão. Assim,

ao traçarmos as linhas que unem teoria e vivência, reconhecemos as condições precárias que moldam a nossa realidade; por isso surge a raiva negra. Para a autora, a raiva é matéria viva, preenchida de informação e energia. Ou seja, uma força de denúncia que, através de nossas ações, move e sustenta a nossa luta. Portanto, sempre tive raiva. Talvez, seja até mais do que raiva. Ódio? Não. Ódio é uma palavra oposta ao afeto, isto é, o mata. “Esse ódio e a raiva são muito diferentes” (Lorde, 2019, p. 164). O ódio habita no mesmo espaço que o amor, no nosso íntimo, nas nossas entranhas, lá onde ninguém alcança e por isso ao se instaurar é difícil se desvincular de seus efeitos. Quando o ódio surge, ele tenta ocupar o espaço do amor e pouco a pouco vai devorando o que chamamos de afeto. E esse meu sentimento de raiva vem de amor. Eu sinto raiva porque mentiram pra mim. Todos mentiram. E não tenho vergonha, por meio dessas letras, me despir diante de você leitor(a). Eu tenho uma explicação.

Cresci cercado por grandes mulheres negras, e todas elas me diziam a mesma coisa: “estude para não ser como o seu pai.” - será que o sistema enxerga essa condição? Será que vê o peso histórico que atravessa essa fala?

Eu não entendia, por muito tempo, o sentido dessa afirmação. Eu via meu pai como um homem batalhador que, por meio de qualquer iniciativa, não permitia que nossa família sucumbisse. Um homem honrado. Era cozinheiro profissional, uma referência. Trabalhou cozinhando nas maiores empresas do Ceará, como Jandáia e Vulcabras, além de restaurantes da capital Fortaleza. Eu o admirava. Eu gostava de comer o que ele preparava, e também queria aprender a cozinhar. Via nele um exemplo que eu queria seguir porque ele é meu pai. Mas desde 2007 ele não pôde mais exercer sua profissão em empresas privadas. Então, ele montou um pequeno ponto de frutas na esquina de nossa casa.

Ele tentava, com todas as forças, ser visto, novamente, como um homem bom. Foi trabalhando para si e vendo seu negócio crescer, fazendo seu nome. Com o passar do tempo, o ponto de frutas transformou-se em um mercantil¹⁴. Então minha mãe passou a cuidar do estabelecimento, e eu passava as tardes ajudando-a.

Minha irmã tinha terminado o ensino médio e entrado em um curso de cabeleireira; após a conclusão montou seu salão ao lado. Mas uma dor no seu braço direito a impediu de continuar com a profissão. Então, meu pai montou, no mesmo lugar, uma pequena loja de calçados e roupas para eu e ela tomar conta. Lá ela cuidava durante o período da manhã e eu ficava no período da tarde, e assim, íamos tentando nos reerguer com nosso próprio negócio.

¹⁴ No Ceará, o termo *mercantil* é usado para se referir a pequenos comércios de bairro, geralmente familiares, que vendem produtos variados.

Em uma tarde do ano de 2011 fui até o mercantil falar com a minha mãe. Tudo que lembro dessa história a partir daí é apenas reflexo, partes da memória, é como se minha mente e corpo se recusassem a fornecer lembranças. Talvez devido ao trauma que irei narrar, pois passei toda a minha vida tentando esquecer esses dias que contarei a seguir.

Parou uma viatura: “Mão na cabeça [...]”.

Os policiais entraram no mercantil com suas armas apontadas para nossos corpos. Coloquei a mão na cabeça, minhas pernas tremiam. Meu coração queria sair pela boca. Tinha uma arma apontada para minha cabeça. Perguntavam constantemente sobre meu pai. Apalpavam o meu corpo e fizeram a vistoria.

Olhei pro lado e vi minha mãe com o rosto fechado. Testa franzida. Olhos de água. Ela já sabia o que iria acontecer. Foi uma tarde longa, posso dizer. Senti vergonha de ver meus amigos passando na rua e me encarando, com as mãos na cabeça, enquanto policiais reviravam nosso mercantil. Como dizia a minha mãe, eu tremia mais do que pau de vara verde.

Havia um homem que trabalhava conosco. Fumava fumo e tinha os dedos amarelados. Gente boa o moço. Tava com as mãos na cabeça igual eu. Às vezes por descuido se intrometia na vistoria e dizia: “Ei *doutôr*, não bagunça aí não, acabei de organizar esse fardo de arroz.” Os policiais encaravam-o e em um certo momento o questionaram: “E esses dedos amarelos? É viciado em maconha?” “Não *doutôr*, só fumo pé duro”. Ele respondeu, inocente.

É triste, porque sabíamos que era um homem com limitações cognitivas, vindo de uma família lida por muitos da cidade como “loucos”, pelo fato de vários membros já terem sido submetidos a internações psiquiátricas. Que aruanda o tenha, morreu tempo depois em um acidente de trânsito.

Quando perceberam que eu era menor de idade, me liberaram. Corri para a loja ao lado. Fiquei ali, sentado, olhando para o mercantil, com medo do que fariam com a minha mãe. Já tinham invadido nossa casa em 2007; agora, invadiam nosso meio de sustento, dali em diante, eu iria sempre me sentir preso com as mãos na cabeça, e quando eu digo que estou com raiva é exatamente disso que eu falo. Não importava o quanto eu estudasse, eu sempre ia ser visto como um alvo desse sistema de um país que tem a justiça como uma vingança racial que funciona através de mecanismos pensados para enfraquecer nossas mentes. De um sistema que inventa a culpa de acordo com a cartela de cores da nossa pele. Era eu quem estava com uma arma mirada para a minha cabeça na frente da minha mãe. Isso é a *carceridade* em sua essência. Quando eu falo que essa raiva vem de amor, quero dizer que tenho aversão a todo esse sistema, mas falo de amor pela minha mãe que teve que passar por

esse tipo de situação sendo uma pessoa inocente. Amor pelo pai que tenta sobreviver em meio ao racismo estrutural, que tentou várias vezes dizer que ele, como homem negro, não seria o suficiente para suprir as necessidades sociais. Amor pela minha irmã e minha avó que ajudaram na minha criação e me mostraram que poderíamos ser fortes nesses momentos tortuosos.

Chegou o final da tarde naquele dia, meu pai não apareceu. Levaram minha mãe e o trabalhador de dedos amarelados dentro do camburão. Meu ar faltou. Eu caí em mim mesmo aos prantos. Desabei. Minha mãe não merecia isso. Ela é uma mulher digna. A maior que já conheci em toda a minha vida. Trabalhadora. Começara cedo, inclusive. Apanhava castanha e lavava roupa no rio quando jovem. Meu pai não acreditava que seriam tão sujos a ponto de permanecerem com uma mulher como ela atrás das grades. Não o culpo, caso queiram saber, eu também não acreditava.

Eu e minha irmã fomos até a delegacia. Do lado de fora, eu só ouvia as abordagens em tom alto, que pareciam ameaça, da delegada. Até que teve um momento que aos prantos eu tive que reagir. Então berrei de volta: “SOLTA A MINHA MÃE!”. Então, meus familiares me seguraram. Eu apenas queria a minha mãe bem e mostrá-la que eu estava ali por ela. Momentos depois, foram realizar o exame de corpo delito. O trabalhador foi solto. Minha mãe ficou presa. Por três longos meses.

Eu poderia, a partir de fontes externas, traçar uma conexão entre o sistema prisional e o encarceramento de mulheres negras que frequentemente evidenciam que muitas delas são vítimas de um *modus operandi* que as prende no lugar de seus companheiros. Esse fenômeno ilustra a minha concepção de *carceridade*, que atinge diretamente as mulheres pretas não por suas ações, ou supostos delitos, mas sobretudo por suas relações afetivas. Infelizmente, minha mãe foi vítima dessas violações de poder trazidas pela *carceridade*, então optei por essa forma de explicar o meu ponto. O poder, aqui, destinou à minha mãe uma penitência de culpa por ser negra, e por amar. Por estar em um determinado ambiente na hora errada. Digo isso com firmeza, pois meses depois, ela foi absolvida da acusação pelo devido processo legal, ou seja, inocentada após permanecer três meses em cárcere institucional. É necessária a reflexão: de que maneira o sistema carcerário reproduz e reforça a opressão estrutural sobre mulheres negras, especialmente aquelas vinculadas a companheiros acusados? Até quando as relações afetivas e familiares servirão como instrumento de controle, criminalização e punição para a comunidade negra? Qual o impacto psicológico e social de uma prisão injusta na vida e na identidade de uma mulher preta? O que posso adiantar é que há uma necessidade de estudar e

reformular o sistema penal com base na importância do Movimento Negro diante a luta da *carceridade*.

Juliana Borges (2019) analisa a importância de abordar o encarceramento em massa, os sistemas punitivos e a condição carcerária de mulheres negras em seu livro publicado pela coleção *Feminismos Plurais*. Segundo a autora, as lutas e contribuições dos movimentos negros do Brasil sobre desigualdade racial não são capazes de excluir o sistema hierárquico enraizado em nosso país. Portanto, torna-se essencial retornar aos saberes históricos e contemporâneos negros, negras e não negros, aos conhecimentos acadêmicos, além de levar em consideração os dados levantados comprometidos com essa temática. “Afinal, epistemicídio também é algo pouco discutido, mas que funciona ininterruptamente em nosso país.” (Borges, 2019, p. 19).

É notório que o epistemicídio opera em nosso meio social negando nossas experiências e conhecimentos que poderiam fornecer, para a ciência, novos pontos de vista com base em nossas formas de ser e de conhecer a realidade. Segundo a autora Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio é caracterizado pelo apagamento, ou melhor, assassinato do conhecimento dos povos subjugados, como nós negros, membros da comunidade LGBTQIAP+, periféricos, mulheres, indígenas, entre outras minorias. Sendo assim, o epistemicídio é além de uma anulação qualquer de nós, subalternos¹⁵, é também um processo, como aponta a autora, de indigência cultural, desestruturando nossos caminhos na educação de qualidade ao produzir diversas engrenagens capazes de anular e nos desqualificar. “Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc” (Carneiro, 2005, p. 97).

Segundo dados levantados por Borges (2019), a população carcerária brasileira tem apresentado uma crescente alarmante nas últimas décadas. Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen), presentes no livro da autora, o Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas de países como Estados Unidos e China. “O que significa cerca de 352,6 presos para cada grupo de 100 mil habitantes.” (Borges, 2019 p. 20). Como devemos analisar esses dados com base na relação de gênero?

Ao trazer para análise as relações de gênero e opressão, “é possível enxergar como a interseccionalidade é fundamental tanto para pensar um novo projeto estratégico quanto para pensar medidas emergenciais” (Borges, 2019, p. 20). Entretanto, podemos observar a

¹⁵ Segundo Spivak (2010), os subalternos são os sujeitos excluídos dos espaços de poder e representação, cuja fala é impedida de ser reconhecida pelo sistema.

importância da interseccionalidade como ferramenta analítica para compreendermos sob quais circunstâncias o contato com as estruturas de opressão podem influenciar em contextos carcerários, levando em consideração que as mulheres negras são as que mais sofrem com a opressão da herança do período colonial.

Para Carla Akotirene em sua tese publicada como livro, *É fragrante forjado dôtor vossa excelência* (2023), a interseccionalidade é uma ferramenta feminista elaborada por mulheres negras antes do sistema de direito moderno. “Posto na encruzilhada discursiva do racismo, do sexismo e do capitalismo, o emprego analítico da interseccionalidade é ancestral.” (Akotirene, 2023, p. 40). Para a autora, em suma, nossa identidade é atingida nas relações de poder. Sendo assim, a interseccionalidade pode ser um viés essencial, levando em consideração a dificuldade que as estruturas têm de validar o conhecimento de feministas negras.

Não é à toa que diversos sociólogos classificam as mulheres negras como a base da pirâmide social. Vivendo no meio da *encruza* entre ser mulher, negra e pobre. O que nos leva ao fato que “entre 2006 e 2014, a população feminina nos presídios aumentou em 567,4%, ao passo que a média de aumento da população masculina foi de 220% no mesmo período.” (Borges, 2019, p. 20.).

Ao limitar sua análise para o cárcere feminino, Borges (2019), apresenta dados que comprovam que temos a quinta maior população carcerária do mundo. Além do mais, duas a cada três mulheres presas são negras, o que reforça o caráter racializado das políticas penais brasileiras. A análise da autora ainda diz que,

O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por essa estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial (Borges, 2019, p. 21).

É nesse contexto que, manifestando a marginalização histórica do povo negro, a música “A Carne”, eternizada na voz de Elza Soares, faz uma denúncia crítica a subalternização de raças do nosso país. A canção composta por Geraldo Vandré e Geraldo Azevedo afirma em suas linhas a objetificação social do preto(a); a melodia dialoga com a realidade da herança colonial do Brasil de jeito poético e desafiador ao realizar uma crítica primordial e difícil de aceitar. Vejamos a seguir parte da letra:

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mrecado é a carne negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
(Só serve o não preto)
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psíquicos (Soares, 2002)

Essa frase grifada *martela* na minha cabeça, seja nas vezes em que a escuto em rodas de amigos, seja nas ocasiões em que as utilizo em minhas performances artísticas ou em planos de aula. É tudo consequência do racismo institucional, que nos direciona, como vítimas, para o sistema carcerário. É inevitável. Como aponta a canção, “é de graça”, não temos valor diante do Estado. Passei um mês sem ver a minha mãe. Ela ficou detida no Sistema Penitenciário Auri Moura Costa na cidade de Itaitinga-ce. No decorrer deste período só quem ia visitá-la era meu pai. As visitas passavam-se durante as quartas e domingos. Cada dia de visita podia entrar algo diferente; leite e utensílios de higiene apenas uma vez ao mês. Mas meu pai também foi preso logo ao completar um mês que nossa mãe tinha sido levada. Assim, éramos apenas minha irmã, meu sobrinho, minha avó e eu. Dadas as circunstâncias, ficamos eu e minha irmã responsáveis pelas visitas. Diante disso, fizemos nosso cadastro e passamos a visitar os dois em presídios e cidades diferentes; meu pai se encontrava preso na penitenciária de Ocara-ce. Foram dias difíceis, confesso, em 2011 eu era apenas um adolescente ainda terminando o ensino fundamental. Nossos parentes, da mesma forma, passaram a fazer visitas pontuais e nos ajudar com as despesas, pois precisávamos levar os malotes e pagar as passagens de ônibus para outra cidade em todas visitas, o que se tornava distante da nossa realidade com nosso pai e nossa mãe presos.

Perto do aniversário de minha mãe, ela ainda presa, sentiu uma dor no rosto durante a madrugada, descrita como uma pontada aguda, e gritou. Porém se conformou dizendo para si e suas companheiras de cela que não era nada de grave e iria voltar a dormir. Ao amanhecer, percebeu sua boca entortando para um lado. Seu olho ficou baixo e sem conseguir piscar; ficava escorrendo lágrimas. Ela e as outras presidiárias logo pensaram que era um Acidente Vascular Cerebral¹⁶ (AVC), mas ao ir ao médico, minha mãe descobriu que o que tinha

¹⁶ Acidente Vascular Cerebral, amplamente conhecido como AVC, é quando o cérebro deixa de receber sangue adequadamente, o que provoca perda de funções neurológicas.

mesmo era uma *Paralisia Facial*¹⁷. Seu rosto ficou torto para um lado durante semanas. Deste modo, passou a tomar remédios e realizar fisioterapia, que segundo a minha mãe, consistem em fazer várias caretas para os nervos voltarem para o lugar de origem. “Foi um estresse movido de preocupação”, afirma ela até hoje. “Inchou o nervo do meu rosto”. “É a carne mais barata do mercado. É de graça.” Penso.

No aniversário da minha mãe, ainda sem a termos visto com paralisia, compramos um bolo bonito para comemorar. Queríamos fazer uma surpresa para ela durante a visita. Por isso, minha irmã também ia levar seu filho. Chegamos no presídio, minha irmã, meu sobrinho, o bolo e eu. Vou logo dizendo que fujo mesmo do protocolo e quero dizer que escrevo toda esta narrativa em meio a lágrimas. Na vistoria, o bolo foi barrado de entrar pelos agentes. Disseram que tínhamos que ter realizado um pedido uma semana antes se quiséssemos entrar com o bolo para bater os parabéns para minha mãe. Então passamos pela vistoria sem o bolo. A vistoria masculina acontecia da seguinte maneira: ficava um agente posto à nossa frente, apalpava nossa roupa, em seguida nos despimos por completo e ficamos de cócoras. Às vezes tínhamos a sorte de entrarmos sozinhos para essa vistoria. Às vezes não. A vistoria feminina era bem mais elaborada e não quero nem narrar aqui o que acontecia. Mas o que posso afirmar é que tivemos um grande avanço em tecnologia com as máquinas de raio-x que atingem bem menos a integridade da mulher que visita preso(a).

O filme *Carandiru* (2003), dirigido por Héctor Babenco, obra adaptada do livro homônimo de Drauzio Varella, que o escreveu a partir de relatos de suas experiências durante seus anos como médico dentro do presídio em São Paulo, expôs no ano de 2003 a falta de dignidade dos presídios no Brasil com o massacre ocorrido dentro do sistema penitenciário que deixou 111 presos mortos e 110 feridos em 2 de outubro de 1992. Embora ainda se escute por aí relatos sobre corpos que desapareceram, sem famílias para reivindicá-los, o que explicita da forma mais desumana possível a violência estatal e repressão institucional. Diga-se de passagem, a ressocialização do apenado era quase inexistente; pouco se via investido em projetos que tivessem como real objetivo a reintegração desses detentos ao meio social. O sistema era degradante. Em vista disso, o personagem Seu Chico pede ao diretor do presídio, José Ismael Pedrosa, para que sua filha pudesse visitá-lo em dias que não fossem destinados aos dias de visitas convencionais, pois não queria vê-la em um ambiente hostil

¹⁷ A paralisia facial refere-se à dificuldade ou incapacidade de mover os músculos do rosto devido às alterações no nervo facial, podendo ocorrer de forma súbita ou progressiva e ter diversas causas.

como o presídio em dia de visitação. Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (1995) reforça que o sistema penitenciário emerge de um dispositivo de vigilância que tinha como objetivo corrigir, mas frequentemente reforça a exclusão e o sofrimento. O autor descreve como essa carga visa a submissão total do apenado através do “vigilantismo”, ou melhor, uma vigilância que degrada qualquer esperança de liberdade e humanidade. Afirmo isso pois ainda no dia do aniversário de minha mãe, quando passamos pela grade da entrada e chegamos no galpão que acontecia as visitas, nossa mãe já estava nos esperando. Enquanto, durante o percurso, meu olho não via mais nada, eu só chorava e chorava por estar entrando sem o bolo. Quando cheguei perto a abracei e choramos todos juntos, traumatizados. Por meio de sua paralisia, o rosto de minha mãe encontrava-se quase que irreconhecível para nós; chorávamos mesmo era de desesperança por estarmos todos presos às punições do sistema. Posso dizer, portanto, que a ressocialização falha em programas efetivos de ressocialização devido a sua função disciplinar punitivista egoísta. “O presídio é uma máquina complexa de poder que visa tornar visíveis os corpos para melhor domá-los, observados sem cessar, sem que os presos possam escapar desse olhar e desse controle.” (Foucault, 1995, p. 198).

Após a visita mais intensa de nossas vidas, até então, minha mãe voltou para sua cela. Mas não ficou sem bolo. As outras presas tinham preparado uma surpresa para ela. Fizeram um bolo com os alimentos que tinham guardados para a ocasião: recheado e bolacha maizena. “Parecia uma torta, tinha gosto de torta, eu não fiquei sem comemorar.”, lembra minha mãe, feliz por terem lembrado dela.

Um mês depois minha mãe recebeu seu alvará de soltura e saiu da penitenciária. Meu pai saíra dias antes. Fomos todos buscá-la no Auri Moura Costa. Foi o maior sentimento de liberdade que poderíamos sentir em nossas vidas. Passaram pelo que chamam de ressocialização do apenado. Ressocializou? Bem, vejamos, Juliana Borges (2019) aborda em seu segundo capítulo, o histórico da punição e aprisionamento, além de trazer indagações pertinentes que caem como uma luva na realidade dita nesse ensaio. “As prisões estão sendo espaços de real ressocialização como se propõe? Como surge essa ideia da privação de liberdade como uma pena para quebra de convenções e contratos sociais?” (Borges, 2019, p. 28).

Na França dos séculos XVI e XVII, e em diversos regimes monárquicos europeus desse mesmo período, estendendo-se às suas colônias, o processo criminal transcorria sem a participação do acusado. [...] Além das provas constituídas por depoimentos ou testemunhas, análises dos fatos contados etc., havia duas outras

formas de comprometimento do réu na busca da confissão: o juramento e a tortura. [...] Se pensarmos na realidade nas periferias e nas favelas hoje, e nas constantes violações de direitos humanos presentes em denúncias de ações de um braço indispensável da justiça criminal, que é a polícia, inclusive sendo celebrada em filmes de grande sucesso nacional, podemos afirmar que a tortura permanece como via, não ligada diretamente ao Judiciário, mas como prática constante do aparato de vigilância e repressão. (Borges, 2019, p. 29).

Que os mecanismos penitenciários estão entrelaçados com as estruturas sociais de poder que marginalizam violentamente e atingem a realidade do negro não é nem novidade na hipótese deste ensaio. Com isso, é de suma importância oferecermos a devida significância para as colocações trazidas pela autora que denotam uma construção histórica do crime e do criminoso. É tudo orquestrado pelo Estado, é seletividade social escancarada em nossa face. Nas instituições jurídicas, nas quais a violência institucional é uma realidade, a tortura pode surgir de maneira informal de controle e de manutenção da exclusão e silenciamento de corpos marginalizados. Além de que, a naturalização de práticas policiais desumanas, mesmo diante dos avanços dos direitos humanos, só nos mostra que ainda há uma ferida institucional profunda, causada pela necessidade de opressão, que permeia todo o sistema penal. “Mais do que perpassado pelo racismo, o sistema criminal é construído e ressignificado historicamente, reconfigurando e mantendo essa opressão que tem na hierarquia racial um dos pilares de sustentação” (Borges, 2019, p. 33).

Aliás, o racismo é um instrumento estrutural que realça a estrutura dominante que opera em favor do sistema e fortalece a opressão e exclusão social. Portanto, podemos entender que essa marginalização social englobada por raça, gênero e classe finda nos levando a uma nova estrutura de *apartheid social* que nos separa, sendo pensados e orquestrados para manter o controle sobre aqueles considerados “indesejáveis” socialmente. Michelle Alexander, no seu livro *A nova segregação racial* (2010) aponta, ao analisar um sistema de castas racial se formando devido ao encarceramento em massa, que para chegar à natureza básica desse novo sistema é necessário pensar no modelo de justiça criminal, não como algo independente, mas como um sistema que, conseqüentemente, se torna uma porta de entrada para um sistema muito maior de marginalização.

Esse sistema maior, ao qual nos referiremos aqui como encarceramento em massa, é o que tranca pessoas não apenas atrás de grades de verdade em prisões de verdade, mas também atrás de grades e muros virtuais – muros que são invisíveis a olho nu, [...] A expressão “encarceramento em massa” se refere não apenas ao sistema de justiça criminal, mas também a uma teia maior de leis, regras, políticas e costumes que controla aqueles rotulados como criminosos dentro e fora da prisão. Uma vez

libertos, os ex-presidiários entram em um submundo oculto de discriminação legalizada e de exclusão social permanente (Alexander, 2007, p. 50-51) (grifos meus).

As leis relacionadas ao tráfico de drogas são as maiores causadoras desse encarceramento em massa, afetando em sua grande maioria a comunidade negra e periférica. Além disso, o tratamento desumano e a falta de acesso aos direitos básicos, continuam sendo um dos maiores fatores para a nossa subalternização. Os presídios se comportam como um papel desumano de tortura psicológica e às vezes física. Os autores Natália Oliveira e Eduardo Ribeiro, em seu texto *O massacre negro brasileiro*, escrito em 2018, narra bem essas consequências ao dizer que não é a guerra às drogas que cria o racismo em solo brasileiro, “sua ideologia organiza ações estatais de grande impacto com um amplo consentimento social que permite que as vidas negras sigam valendo tão pouco.” (Oliveira & Ribeiro, 2018 p.39).

A ação violenta das forças de segurança nas periferias e favelas, o encarceramento absurdo, o número de mortos na guerra às drogas e as demais ações criminosas do Estado reúnem um conjunto de motivos suficiente para que nosso país dedique uma ação emergencial para buscar soluções a essa situação complexa. (Oliveira & Ribeiro, 2018 p.39).

Quando falo que as senzalas evoluíram para presídios e a alforria se transformou no alvará de soltura, é contra esta ação violenta absurda, mascarada de guerra às drogas, que tento fazer minha denúncia. “As senzalas se metamorfosearam de presídios”, como aponta Daniela Ferrugem no livro *Guerra às drogas e a Manutenção da Hierarquia Racial* (2019). O que escancara como essa visão colonial se torna responsável pelo sofrimento de exclusão sentido pela comunidade preta sem entregar os direitos básicos ao penitenciário ou oferecer dignidade ao sair do sistema, tal qual os escravizados eram jogados às mazelas após as suas libertações.

Posso dizer, ainda, que a experiência do cárcere deveria ser tratada com humanidade, mas perde sentido e se transforma em mecanismo de controle punitivista ao pôr o corpo negro sob vigilância constante do Estado. Borges (2019) ao conversar com a teoria de Carla Akotirene diz que “a própria palavra “penitenciário” traz em sua raiz a “penitência”, sendo a prisão vista também como um espaço de “expição de pecados, moral cristã” (Borges, 2019, p. 34); delimitando, portanto, quem pode existir com dignidade na sociedade. Quando minha mãe saiu do presídio, afirmou, durante os anos seguintes, não se sentir mais pertencente a esse mundo, e que não se via mais incluída em espaços públicos e ambientes de trabalho.

Sentia-se sempre observada pelo sistema ou pelos olhares julgadores da sociedade; “as pessoas que foram de fato encarceradas raramente têm dificuldades em identificar os paralelos entre esses sistemas de controle social” (Alexander, 2007, p. 39). Uma espécie de racismo, criado dentro do sistema penitenciário, sobre seu próprio corpo, como ela mesma aponta. Que se estabelece no corpo de pessoas que sentem o peso da colonialidade, atingidos pelo encarceramento em massa direta ou indiretamente, até o dia de suas mortes, isto é, a forma mais brutal da *carceridade* agindo. Michelle Alexander (2007, p. 39) é certa quando afirma que uma vez que somos libertos, temos nossa cidadania negada, começando pelo direito ao voto de quem ficou atrás das grades - são pessoas que se tornam subjulgadas resumidas a uma existência de segregação racial e social; ou melhor, nós somos confinados à margem da sociedade e a possibilidade de obter emprego e benefícios públicos é negada judicialmente. Ao encerrar este capítulo da forma mais tensa que eu poderia conseguir, só me resta vos deixar com uma pergunta ainda mais desagradável: se a liberdade é o nosso objetivo maior como cidadãos, que tipo de memórias e futuros estão sendo construídos quando a *carceridade* é o principal destino para grupos subalternos?

VII: SUBALTERNOS E A EDUCAÇÃO DE SANGUE

20 de novembro de 2025

Eu gostaria de dizer que já chegamos ao fim, mas a vida do negro ainda pode surpreender, e muito, quando o assunto é educação, dor e cárcere. As teorias debatidas ao longo do curso de BHU me fizeram traçar uma análise quase completa da minha trajetória, pessoal e familiar, a partir das minhas escrituras e análises autoetnográficas, como pudemos observar nos capítulos anteriores. Para nós, pessoas negras, ser detentor de saber é como manejar uma faca de dois gumes. Por um lado, a educação pode libertar nossas mentes como forma transgressora dos métodos educacionais vigentes na sociedade; por outro, Woodson (2021) aponta em *(Des)educação do Negro*, o preto quando alcança a educação superior se torna amargurado, pessimista ao ponto de não se tornar uma força construtiva e geralmente se transforma em um crítico crônico ou um ser que passa a vida a reclamar com opinião pública. Um analítico que sofre, eu diria. De um lado, a educação crítica nos liberta e essa liberdade nos permite, como indivíduos subalternizados, questionar, resistir como forma de valorização da nossa identidade, cultura e contribuição com a história negra como uma forma de transgressão política. No entanto, existe outra realidade que nos acompanha e não podemos deixar de levá-la em consideração, que a (des)educação do negro pode gerar traumas se não focar em ensino com verdadeiro protagonismo negro. Uma frustração, eu diria. Assim, nós negros chegamos nos lugares públicos ou privados já com o peso das expectativas sociais impostas ao nosso corpo. “Embora essa educação superior tenha acertado e levar o Negro a pensar - o que acima de tudo é o objetivo principal da educação.” (Woodson, 2021, p. 21). O ensino nos leva a enxergar o avesso das coisas, assim como os porquês das amarras coloniais que são impostas, e entendemos que nosso futuro estará sempre nas mãos do(a) outro(a). O negro educado é, antes de tudo, aquele que aprendeu a perceber as prisões nas quais ele é colocado durante a sua vida, e a assimilar a realidade à teoria, libertando a prisão da consciência negra dentro das estruturas do saber colonizado. Eu como vítima da *carceridade*, vejo como ela se revela nesses estudos ao ponto de perceber que mesmo livre de mente e corpo me encontro aprisionado ao sistema de modo em que me fez realizar um estudo para desenvolver um entendimento acerca da identidade e solidão negra por meio de pesquisas interpessoais após o encarceramento em massa de minha família mesmo que não pareça que eu esteja nessa condição por estar escrevendo e expondo a minha opinião. Como quando o preso vê a cela aberta, mas os muros do presídio ainda permanecem erguidos. Parece que tento fugir, mas não consigo. Quando somos educados, construímos um saber de interesse

que nos serve para analisarmos as prisões estruturais e físicas impostas às pessoas subalternas dentro do nosso país. Digo isso, pois antes do ensino adequado, havia um sentimento que me limitava, mas que eu não conseguia nomear, e os sentimentos existentes não pareciam caber na realidade do que eu sentia e vivia. Principalmente, porque minha mãe muitas vezes narrava sentir-se não pertencente ao mundo, como citei no último capítulo, um sentimento que eu observava percorrendo por toda a minha família, inclusive em mim e em outros(as) que também passaram pelo sistema e cruzaram meu caminho. O ensino adequado, sobretudo, me possibilitou apontar que nossas vivências devidamente atravessadas por episódios de silenciamento e aprisionamento não são falhas individuais e nem da nossa educação. São estruturas que estavam normalizadas, e as histórias que narrarei a seguir só comprovam, mais do que já mostrei no corpo deste trabalho, que as forças governamentais são determinantes para a subalternização das famílias negras. Meu pai se encontrava em cárcere mais uma vez em 2016. Lembro que em uma madrugada, quase dia, no primeiro semestre do ano, o relógio marcava cinco horas da manhã quando me levantei, porque ia para a cidade de Cascavel realizar um exame médico. Tomei banho, merendei, escovei os dentes e voltei para o quarto. Tudo estava normal, até então. Terminei de me arrumar e depois descí as escadas, com o sono ainda fechando meus olhos. Ia até a minha mãe, que se encontrava na cozinha para pedir a benção, antes de partir para pegar o transporte público que me levaria até a outra cidade. Porém quando cheguei na cozinha, começaram os atropelos de botas no meio da casa. Homens armados entraram pelos portões da frente; já sabemos a essa altura que são os policiais. Moveram-se pelo corredor apontando as metralhadoras para nossos corpos. “Mãos na cabeça! Corpo no chão...” Eles disseram, e assim, me colocaram deitado no meio da cozinha com o rosto encostado no chão. Meu primo, que fumava cigarro no quintal antes de ir trabalhar, foi colocado, igualmente, com sua cabeça apontada para baixo. Minha mãe permaneceu sentada ao meu lado, estava com um olhar triste e fixo em algum ponto que meu olho não conseguia alcançar, mas eu sentia a preocupação emanando de sua aura ao lado. Senti um toque bruto no meu bolso. Um deles pegou o dinheiro em minha carteira e o cheirou. Em seguida, se abaixou ao meu lado e disse: “Diz logo onde está, senão você vai preso no lugar da sua mãe!” Eu tremia, confesso. Chorava em silêncio, engolindo o choro enquanto as lágrimas ardiam os meus olhos. E eu disse, em seguida, que não sabia de nada, que estava acordado apenas porque iria ao médico. Eles subiram para o meu quarto e realizaram uma vistoria, e fizeram isso na casa inteira. Não sei de muitos detalhes visuais, porque continuei com o rosto posto ao chão e com uma arma, que imagino ser uma metralhadora ou fuzil, apontada para a minha cabeça. Após alguns instantes, apresentaram o

mandado de prisão em nome de minha mãe, e depois perguntaram por minha irmã. Era ali o ponto fixo do olhar de minha mãe, no papel branco. Dissemos que ela morava em outra casa, e então eles algemaram minha mãe e a conduziram até o camburão. Nesse momento eu me virei apenas em lágrimas. De corpo inteiro. Até a alma. Sem reação, ou consciência para agir, corri, então, a rua abaixo e me deparei com a minha irmã e meu sobrinho que estavam virando a esquina para nossa casa. contei o ocorrido em meio às lágrimas e ela voltou para a sua residência, também, aos prantos, e a partir dali ela se tornou uma fugitiva do Estado. Uma mulher íntegra. Estudante de Direito. Que sonhava em ser advogada criminal. Uma ironia cruel do destino, como podemos ver. É pra causar dor realmente. Para tirar a nossa humanidade e dizer que não podemos, mesmo em meio a súplicas, sermos parte do que eles prepararam apenas para eles. Liguei para a minha melhor amiga sob choro; ela se encontrava em Fortaleza, na Universidade Federal do Ceará (UFC), mas não mediu esforços e logo veio para a minha casa me ajudar com minhas angústias. Minha casa e meu quarto estavam revirados, mas teve um único lugar que os policiais não mexeram; na minha estante de livros. Fomos à delegacia e em seguida recebemos mais uma vez a notícia; minha mãe iria ficar presa. Dias depois, minha irmã apresentou-se na delegacia e também ficou detida. Ela estava no segundo ano do curso de direito e teve seus estudos interrompidos devido à prisão, além de ter sua vitória como conselheira tutelar revogada devido ao processo. Passei a viver sozinho em casa, com uma mãe, um pai e uma irmã em cárcere. Naquelas circunstâncias eu não tinha capacidade de cuidar da minha avó, então ela passou a morar com minha tia, sua filha mais velha, na cidade de Pacajus. Minha melhor amiga se mudou para morar comigo, tempos depois, e esse foi o maior ato de amor que ela poderia fazer por mim. Segundo ela, ela não poderia ver um amigo tendo os piores dias de sua vida, enquanto estava longe; para isso foi preciso trancar seu curso. Talvez como mulher negra e próxima à minha família desde criança, ela e seus familiares, também negros, se sensibilizaram com a minha situação de uma pessoa sem estruturas e condições para viver sozinha. Eu fazia faculdade em Fortaleza, assim como ela, e tive que me despedir da faculdade devido não conseguir arcar com as demandas que uma universidade pede, junto com os malotes e os valores das idas ao sistema semanalmente. Não me restavam dúvidas. O cárcere machuca, de forma desproporcional, o presidiário, mas minha família sempre me lembrou do quanto ele também pode machucar quem visita o preso. Também nos tornamos vítimas dessa estrutura, é como uma prisão estendida, eu já disse, ficamos sem respaldo social. Os meus estudos, da minha melhor amiga e os da minha irmã foram interrompidos, simultaneamente, como se o sistema dissesse que não poderíamos fazer parte dos negros que conseguem vencer, que estudam devido aos pais,

pretos e interioranos, que incentivaram nossa educação desde sempre. É a partir desse silenciamento estrutural em cima de corpos subalternos que nos extirpam até o direito de estudar que Grada (2021), aponta a subalterna como uma figura condenada à marginalidade que o colonialismo nos deixou como herança. Neste sentido, alguns integrantes da minha família, vivenciou e vivência até os dias atuais a condição de “não fala”; que não os permitia ou permite estar ocupando espaços, mesmo que esses espaços tenham sido conquistados por direito; não permite falar como após sair do cárcere minha irmã ficou impossibilitada de ocupar o cargo de advogada, mesmo após passar pelos processos seletivos obrigatórios, ou ser impedida de ocupar seu cargo conquistado através de estudos que atravessavam noites e noites sem dormir. Os subalternos não possuem voz própria frente ao patriarcado. Portanto, a mulher subalterna, como minha irmã e minha mãe, tem suas perspectivas, narrativas, trajetórias, estudos, desejos e sonhos, tanto dentro quanto fora da academia e estruturas políticas sendo subjugadas, excluídas em favor de um pensamento, aparência ou currículo eurocêntrico. Como aponta Kilomba (2021) teorizando com hooks (1990), “falar sobre essas posições marginais evoca dor, decepção e raiva.” Porém para a autora, é uma realidade que deve ser debatida, e teorizada. Nesse sentido, podemos analisar como essas dores são multiplicadas ao coletivo fazendo com que a raiva não possa ser descartada de nossas ideias; sendo ela uma resposta legítima às injustiças que o corpo negro é submetido. Nessa carta, logo fica evidente que a teorização de nossas realidades pode nos fornecer ferramentas para reimaginar outras formas de existência e permanência em meio à sociedade. Não afirmo que a identidade negra deva ser reduzida à dor ou à violência histórica. Contudo, reconheço que muitas de nossas experiências são atravessadas por esses efeitos, e é importante, para nós, reconhecê-las e transformá-las em pensamento crítico para podermos lutar por igualdade e passá-las adiante através da nossa escrita ou oralidade. É confrontar a nossa (des)educação a partir do ponto de vista que essa (des)educação pode ser um combustível para que nossos métodos educacionais, de fato, possam vir a ser um elemento que contribua com nosso empoderamento que ficou durante anos nas mãos do colonizador. “A educação dos Negros, então, a coisa mais importante na elevação dos Negros, está quase inteiramente nas mãos daqueles que os escravizaram e agora os segregam” (Woodson, 2021, p. 25). Esse fato, debatido pelo autor, faz com que nossas possibilidades sociais, como pessoas subalternas, sejam alimentadas com negação de nossa própria ancestralidade, o que resulta em sofrimento psicológico e na marginalização de nossos corpos e mentes ainda que haja brechas para o desenvolvimento de resistências. Mas como o negro seria, de fato, educado na sociedade? Certo dia vi minha irmã na cozinha de nossa casa ensinando ao meu sobrinho, ainda

pré-adolescente, a passar por um enquadro policial, assim como nossos pais nos ensinaram quando estávamos na mesma idade. “Abra as pernas, coloque as mãos na cabeça, não olhe no olho do policial e responda todas as suas perguntas. Ande sempre com a sua identidade e seja simpático.” Não demorou muito tempo e recebemos a notícia de seu primeiro enquadro policial - já era destino. Ele é um rapaz caseiro, músico, toca flauta transversal na Banda de Música Municipal de Chorozinho (BAMUC) e costuma passar seus momentos de folga atrás de seu computador jogando em plataformas online. Um nerd. Se fosse branco o seu menor problema seria uma abordagem policial nas ruas de Chorozinho. Todavia, é esse o modo que precisamos, infelizmente, educar nossas crianças negras. É a verdadeira (des)educação do Negro; não somos ensinados sobre autores e autoras negras, muito menos sobre a Rainha NJINGA, angolana, porque além de termos um currículo branco, precisamos focar em aprender a sobreviver às violências do Estado. Mas a educação precisa, sem dúvida, nos ensinar a viver. Estamos sendo orientados com o medo de sermos alvo. Vítimas do sistema. Ensinados com o sangue das favelas e dos fragilizados socialmente. Apontados, devido nossa cor, como os principais alvos da necropolítica, como reflete o camaronês Achille Mbembe (2018). Mesmo que ainda menores de idade, perdemos nosso tempo nos protegendo para não sermos eliminados pelo próprio Estado, ensinados e passando adiante para os nossos o modelo ideal de sobreviver e não virar estatística; mais um corpo negro vítima do controle absoluto dos dominantes aqui da terra. No dia 28 de outubro de 2025 aconteceu em território carioca nos Complexos da Penha e do Alemão, a maior chacina já vista na história do nosso país, superando o massacre de Carandiru em 1992. Até o momento em que concluo essa escrita já somam 128 pessoas assassinadas, segundo o *site* A Pública, entre elas quatro policiais, em uma “mega operação” com 51 mandados de prisão contra suspeitos de tráfico de drogas e com envolvimento no Comando Vermelho (CV) que concluiu com o total de 81 presos. Vale ressaltar que das 128 pessoas desencarnadas, de acordo com a CNN Brasil (2025), nenhuma das vítimas identificadas na operação estava na lista de alvos. Na manhã do dia 29, fomos surpreendidos com corpos, expostos aos olhos públicos, cobertos por panos no meio da Praça São Lucas cercados por moradores, familiares e amigos que contestavam a eficácia dessa chamada operação que muitos sentem como um massacre ordenado pelo Estado a uma comunidade já fragilizada, ao levar em consideração que parte dessas vítimas são cidadãos(ãs), trabalhadores(as), estudantes, humanos, pessoas, expostas nas ruas como um porco é exposto no açougue. Cerca de 60 corpos foram encontrados em uma mata e levados para as vias da Penha por seus familiares. Qual a família que vai chorar e qual a família que vai sorrir? Isto é o Estado quem decide. Quem vai viver o luto e quem vai

agradecer pela morte de dezenas de negros e pobres? O Estado, agradece. Uma cena brutal promovida pelo Governador Cláudio Castro. Uma verdadeira cena de guerra no Brasil que durou mais de 24 horas, já considerada a mais letal da história. Tratado como uma vitória pelo próprio governo. Vitória de quem? Da população que vivenciou um dia de guerra? Com certeza não. A vitória aqui se configura em trauma para muitas dessas famílias. E se meu sobrinho estivesse nesse espaço, mesmo após ser educado por uma mulher formada em direito, como a minha irmã, sobre como passar por uma abordagem policial, não haveria técnica nesse mundo que fosse capaz de livrar seu corpo negro dessa violência que se mostra cada dia mais potente em nosso território. Não podemos chamar de “operação” um atentado à vida de milhares de moradores daquele território, mas sim de um extermínio populacional racista da matriz de poder. Carla Akotirene (2023) nos diz que a “matriz de poder” - isto é, os mecanismos de dominação - está interessada na criminalização das “aparências consideradas brutas” dos africanos, dos americanos e dos indígenas entre os grupos racializados. Nós, subalternos, diante dessa matriz de poder institucional, somos apontados como perigosos, criminosos e delinquentes simplesmente por nossa estética racializada. Um poder punitivo, funcional e interseccional do controle social focado na desigualdade de gênero, raça e território. A comunidade presente nos complexos, por sua vez, vive na insegurança estatal e sob vigilância incondicional que faz com que crianças e adolescentes negros vejam um cenário de guerra, e se tornem vítimas diretas desse sistema punitivista, enquanto caminham para suas escolas, “pois o racismo faz das aparências o marcador de criminalidade” (Akotirene, 2023, p. 38). Gostaria, agora de transcrever trechos das falas da deputada Benedita da Silva (2025), mulher negra, deputada constituinte, professora e filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), aos 83 anos precisou denunciar os escrúpulos do deputado do Rio de Janeiro na tribuna da Câmara: *“Quem está falando aqui é alguém que morou no morro cinquenta e sete anos da minha vida. Não pode ser natural você ir para um território onde tem milhares de pessoas e querer fazer uma operação a céu aberto, colocando as famílias em pânico, colocando as crianças fora da escola. Qual é o resultado dessa mega operação? É de doer. [...] Nós protegemos as famílias decentes que vão limpar a casa dos senhores e das senhoras, que cuidam dos seus cachorros e dos seus filhos. São essas pessoas que nós defendemos. [...] Foram pessoas inocentes. [...] E se tem alguém que não é inocente no estado do Rio de Janeiro é o governador do estado.”* Benedita se mostrou denunciando a necropolítica vigente nas favelas do Rio de Janeiro com seu depoimento e sua voz viva que rompe, mesmo em meio ao luto e a indignação, a favela do imaginário colonial ao ter coragem de expressar suas dores sob olhos de todo o Brasil e sem medo das consequências;

uma epistemologia que emerge das encruzilhadas das favelas, sabemos que não apenas denuncia a necropolítica, mas desestabiliza todas as funções epistêmicas nos territórios racializados do nosso país. Vejamos como o Estado se transformou em uma instituição necrótica fundamentada no epistemicídio, que, como podemos observar em meio a esse desastre do dia 28, estamos a mercê de sermos vítimas da violência colonial em pleno Estado de Direito, principalmente quando motivada pelas doutrinas do encarceramento em massa, movida pela lei antidrogas, como apontado no capítulo anterior. “Quer seja conceitualmente chamado de “necropolítica”, quer não, há no limiar da morte a construção de um discurso pautado na destruição de tudo que não seja semelhante ao espelho branco narcísico em sua aparência moderna” (Akotirene, 2023, p. 47-48). Em outras palavras, nós somos destinados à morte, independente de qualquer coisa. Essa lógica está presente em nosso meio erguendo o destino de extermínio aos subalternos, sejam indígenas, negros, pobres, favelados, LGBTQIAP+, pois são eles, os homens, os brancos, os colonizadores, os “donos do mundo”, quem constroem os discursos que nos excluem, sem humanidade, com base nos ideais da branquitude no qual tudo que é “diferente” a si é visto como o(a) “outro(a)” delinquente, entretanto, precisa ser destinado ao cemitério ou ao aprisionamento das grades. Para Akotirene (2023), nós, a militância negra, somos inimigas do Estado, e inevitavelmente iremos cometer alguma subversão contra o sistema, como se nossa luta por liberdade e igualdade fosse responsável pelas negligências das políticas de segurança pública. Me lembro que ainda em 2016 em 21 de maio, enquanto meus pais e minha irmã até aquele momento se encontravam presos, ocorreram rebeliões por todos os presídios da grande Fortaleza, quando os agentes da Penitenciária Auri Moura Costa decidiram entrar em greve no dia de visita dos presos, o que levou os familiares dos presidiários a realizarem protestos no lado de fora dos presídios. Eu estava dormindo dentro do carro enquanto esperava o horário de entrar para o Auri Moura Costa e visitar minha mãe e minha irmã na manhã daquele sábado. Acordei com os gritos e tombos de outros visitantes correndo para entrar nos portões de entrada que dava acesso aos presídios. Sai do carro e me deparei com uma cena de guerra. Mulheres e idosos(as) passando mal com a notícia de que não haveria visita. Não demorou muito, e os familiares se organizaram em frente aos presídios e armaram uma fileira de pneus e os queimaram. A fumaça preta subiu aos céus. No horizonte, mais fumaça preta emergindo de dentro dos presídios dos dois lados da BR-116. Estavam queimando colchões (mais tarde soubemos da notícia de que um preso também foi queimado dentro de um colchão). No Auri Moura Costa, onde minha mãe e minha irmã se encontravam, vários policiais apareceram sobre os muros com suas armas apontadas para dentro do presídio. Vários tiros foram

disparados em sequência. De borracha, acredito. E isso foi o suficiente para que eu e todos os familiares que estavam vendo aquela cena nos debruçarmos em meio da violência, que mais parecia saída de um filme dirigido por Quentin Tarantino¹⁸. Não sabíamos, nem imaginávamos se aqueles tiros, podiam, de algum modo, estar atravessando os corpos de nossas famílias. A rebelião aconteceu dentro e fora dos presídios, e não posso aqui, por meio da minha opinião dizer que não compactuo com a necessidade do povo responder essa violência com violência, pois nos foi negado o direito de ver e estar com os nossos. Mães impedidas de verem suas filhas e filhos, sem respostas de quem havia desencarnado ou qual o número de feridos. Filhos chorando em meio ao caos dos policiais tentando conter a multidão. Um helicóptero policial desceu sobre nossas cabeças no meio da BR para nos dispersar da rebelião. O Estado foi violento com a gente e nós agimos violentamente de volta. Essa reação violenta, é de suma importância para nós, pessoas subalternas, em um mundo colonizado. “O que é então, na verdade, essa violência? Como vimos, é a intuição que as massas colonizadas têm de que sua libertação deve se dar - e só pode se dar - pela força.” (Fanon, 2022, p. 70). Assim sendo, a violência dos grupos marginalizados, em um mundo colonial, é uma resposta legítima à barbárie iminente da herança colonial. Para Frantz Fanon (2022), a violência do regime colonial e a resposta do colonizado andam em equilíbrio, ocasionando uma homogeneidade mútua. Sendo assim, o aumento da violência se dá a partir da proporção da violência exercida pelo Estado colonial. Isto é o mesmo que uma bola de neve, a qual a partir do momento em que nossa resposta é a violência, o sistema justifica sua ação agressiva com nossa violência e vice-versa. A compreensão, portanto, da dimensão política das rebeliões mostraram-se reconstrutivas em resposta a nossa dignidade que foi negligenciada pelo sistema naquele dia de sábado. Os presidiários, por sua vez, permaneceram com a rebelião mesmo após a finalização da greve dos agentes. Minha mãe e minha irmã contam que no presídio feminino, as mulheres quebraram todas as grades das celas e passaram os dias seguintes livres pelos corredores das alas; o mesmo aconteceu nos presídios masculinos. Além disso, foi depredado as estruturas. No desfecho desse momento, foram confirmadas 18 mortes de presos, espalhadas entre os presídios masculinos, em decorrência dos conflitos. A fim de contribuir com os meus estudos para a construção desse texto, minha irmã me apresentou um livro escrito pelo Doutor Emerson Branco Mendes, defensor público no estado do Ceará, chamado *As injustiças da justiça*, lançado em 2025. O

¹⁸ Quentin Tarantino é um cineasta, roteirista e produtor norte-americano conhecido por seu estilo autoral e violento com narrativas não lineares e diálogos intensos, sendo responsável por filmes como *Pulp Fiction* (1994) e *Kill Bill* volumes 1 e 2 (2003-2004).

livro abre com um prefácio expondo a necropolítica, ao explicar o que seria a justificativa do título da obra que reúne uma coletânea de ensaios narrando casos de injustiça criminal no estado do Ceará que ele ficou responsável por defender, sendo o único advogado público atuante para todas as mulheres presas provisórias na unidade prisional feminina de Fortaleza. No meio das dez narrativas trazidas no livro, somos apresentados à história de Sheila, em um ensaio intitulado “O gato de Sheila”; Emerson diz que sua cliente foi vítima de uma prisão que necessitava um aprofundamento adequado nas investigações, o que o motivou a investigar o caso. Sheila estava presa indevidamente. Namorava um traficante sem saber que ele pertencia ao crime organizado. Sheila não tinha histórico de traficante, mas foi presa por causa de dois quilos de cocaína que foram apreendidos com o seu parceiro; a realidade da grande massa carcerária do sistema prisional feminino. “A polícia não costuma perdoar em situações assim. A lógica é simples, quase automática: se está com ele, é cúmplice. Se estava perto da droga, sabia. E se sabia, é traficante também.” (Mendes, 2025, p.78). É o mesmo padrão de encarceramento seletivo se repetindo dia após dia, que criminaliza afetos de quem está apenas sob os olhares do Estado, mas são tratadas como o centro do tráfico. O autor diz que, na verdade, todo acusado ou acusada já é quase um condenado ou condenada. Retiro o “quase” se estamos falando de pessoas subalternas, pois já somos condenados desde o nosso nascimento pelo colonialismo; a prisão chega para nos lembrar que essa condenação pode ser ainda mais explícita ao tratar o outro(a) como um condenado legítimo perante ao Estado e a sociedade. No celular de Sheila não foi encontrado nada que a incriminasse; sua conta bancária fazia jus a uma mulher que recebia um salário mínimo. Emerson foi até sua casa, conheceu sua família, seus filhos e seu gato. Diz o autor que o comportamento carinhoso deste último foi o motivo de ter conseguido salvá-la da condenação. Ainda somos apresentados a vários outros casos, como *O caso da lata de leite Ninho*, em que um homem é condenado a onze anos de prisão por ter sido pego furtando latas de leite em um supermercado. A mesma pena de um homicídio qualificado, como lembra o Doutor. Em outra história somos agraciados com a presença de Ramon, um adolescente gay que lutava contra a violência contra corpos LGBTQIAP+ e devido a isso passou a ficar na mira de um político radical que o acusou de aliciar crianças e ser uma “obra de satanás”. Ramon revidou processando o político. Em seguida, o caso ganha uma reviravolta quando um adolescente de treze anos realiza uma denúncia acompanhado de sua mãe sobre um estupro cometido por Ramon. “Era uma verdadeira armação, uma mentira urdida com a única intenção de incriminar e prender Ramon. O político responsável por tudo aquilo já havia recorrido a práticas escusas no passado” (Mendes, 2025, p. 116). Ou seja, Ramon foi mais uma vítima

dos flagrantes forjados que percorrem as histórias subalternas. O mesmo político já havia forjado contra a própria esposa com a justificativa de tráfico de drogas. O que vale para esse tipo de homem é o poder. A própria palavra. Não aceitam o afrontamento e quando esse afrontamento vem da comunidade eles sempre procuram uma maneira de nos colocar atrás das grades. Ramon, um dia escreveu uma carta de suicídio. Estava desistindo da própria vida. Mas foi impedido de cometer o ato, o que o levou para os tribunais para concluir o processo; embora tenha sido uma longa caminhada, foi provada sua inocência através do discurso das testemunhas, mãe e filho, que afirmaram terem sido coagidos por um suborno. Não preciso nem expressar em linhas o quanto esse último caso me abalou e me deixou pensativo. Assim como Ramon, também sou gay e negro e vez outra me deparo com a crueldade e as injustiças do mundo em cima do meu corpo, isto é, não conto as vezes em que imaginei meu corpo não sendo vítima de olhares tortuosos que me julgam antes de eu sequer me apresentar ou chegar nos lugares. Segundo o Ministério da Saúde (2018), um dos grupos vulneráveis mais afetados pelo suicídio são, em sua maioria, os jovens negros. O preconceito, a discriminação desses corpos e as formas de racismo presente em nossas sociedade são os motivos desse desejo de morte da pessoa negra, o que leva uma taxa de suicídio no ano de 2012 de 4,88 óbitos por 100 mil entre adolescentes e jovens negros, e teve um aumento de 12% alcançando 5,88 óbitos por 100 mil entre os mesmos no ano de 2016. Contudo, em 2016, a cada dez suicídios na juventude seis eram negros. Ainda segundo o Ministério da Saúde (2018), em 2016, em adolescentes negros do sexo masculino o risco de suicídio era de 50% maior que entre jovens brancos. Já entre o sexo feminino o maior risco de suicídio entre mulheres negras foi observado no ano de 2015 e 36% maior que em jovens brancas. Trazendo para o meu território Ceará, segundo Azevedo *et al* (2025), o suicídio no estado representa 83,7% dos casos em pessoas negras, enquanto a soma de pessoas brancas, indígenas, amarelas e as que não identificaram suas raças representou um número de 16,3% dos casos. Se eu dissesse que já não pensei na morte como alternativa para suprir todas as dores narradas até aqui, eu estaria mentindo. Embora hoje eu tenha um pensamento diferente do que quando eu era adolescente, ainda posso sentir, por vezes, uma tristeza, além da raiva que sinto, me consumir por me deparar com histórias de irmãos e irmãs que, diferente de mim, não aguentaram a amargura do mundo e sucumbiram ao desfalecimento da própria matéria.

Com sangue,
Ylder Albano.

VIII: SUBALTERNOS E A EDUCAÇÃO DO DESEJO

20 de novembro de 2025

A depressão foi, durante certo tempo, uma preocupação presente em minha família. Minha avó era tratada para tal, além da esquizofrenia, e meu tio veio a cometer suicídio poucos anos após a morte dela, um homem negro e interiorano, no ano de 2023, em sua residência. Morava sozinho com sua esposa, que ficava responsável por tomar os cuidados necessários em relação a sua saúde. Ele, definitivamente, não era e nem estava feliz e é triste a mudança que a depressão causa, física e mental, além do aprisionamento social que surge como consequência. O suicídio não deveria ser, de fato, uma alternativa de saída das mazelas do mundo. É doloroso. Para Kilomba (2019), o abalo psicológico em pessoas negras é herança da desumanização ocasionada pelo trauma colonial. É uma vida negada devido ao impacto causado pelo racismo e isolamento social, e a negação total da nossa humanidade. “O suicídio pode assim, de fato, ser visto como um ato performático da própria existência imperceptível. Em outras palavras, o sujeito negro reapresenta a perda de si mesmo, matando o lugar da Outroadade” (Kilomba, 2019, p. 188). Portanto, o suicídio não é uma fraqueza pessoal do indivíduo, mas se trata de um desencarne causado antes mesmo do pensamento da morte; é na verdade a exaustão do julgamento do mundo em cima do(a) outro(a) e da negação de si ao não se sentir parte como o(a) outro(a). É o não desejo pela nossa própria vida. É o desejo pela vida, pelo ser, pelo pertencer, desejo por aprender, uma urgência para nós, subalternos(as), além de, a frente de todas as mazelas narradas até aqui, é essencial um ensino, que venha das bases educacionais e sociais, com urgência focado em uma pedagogia capaz de fazer com que o oprimido possa expressar suas ambições, criando cenários em que o sujeito oprimido sinta desejo de ser vivo, visto, ouvido, compreendido, humano, amado e livre. Se a nossa (des)educação se tornou um espaço de silenciamento e de negação da nossa identidade, necessitamos, então, que o desejo retorne a ocupar o seu espaço o mais rápido possível. Meu orientador, Leandro Proença, junto ao seu irmão, Herbert de Proença Lopes, defendem a hipótese de que a Pedagogia do Desejo é essencial para a sociedade, fundamentada nos pensamentos e diálogos de Paulo Freire que, em vida, não teve tempo de desenvolver esse título em meio a sua bibliografia. Contudo, como apontam os autores, encontraram em meio aos seus projetos elementos que fortalecem a base para a criação de uma pedagogia a partir do desejo. Para Proença e Lopes (2025), o processo de libertação do ser, especialmente na realidade subalterna, começa quando um grupo oprimido liberta seu desejo da alienação presente em nosso país. Ou melhor, da influência que vem de cima e nos faz aceitar e viver o

modelo de humanidade do colonizador/opressor como se fosse o único possível. Posso dizer, em outras palavras, que a liberdade inicia-se no momento em que rejeitamos a visão do outro, quebrando a construção que nos coloca apenas como indesejados e sem condições de assumir um desejo acerca da nossa própria humanização. “A humanização é possibilidade histórica, não uma fatalidade da existência. Humanização e desumanização são possibilidades concretas dos seres humanos, seres inconclusos e conscientes de sua incompletude [...] Ser humano é, afinal, quem deseja se humanizar, o que exige promover condições históricas para que essa vida seja possível. É por isso que desumanizar o outro significa desumanizar também a si mesmo” (Proença, Lopes, 2025, p. 159). Durante o encarceramento dos meus familiares, minha irmã supriu seu desejo de estudar lendo inúmeros exemplares de livros dentro do presídio. Meu pai, por outro lado, passou a estudar em meio às grades. Ele estava feliz, afirmo que eu via o seu desejo em ser educado adequadamente como uma construção possível para a sua liberdade, mesmo que marcado pelos sintomas da *carceridade*. Ele sentia-se bem em estudar e ao falar de suas aulas; havia alma em sua voz e vida no seu olhar. Dizia como o estudo era puxado e como ficava apreensivo para as avaliações, vez ou outra reclamava do grau de dificuldade das mesmas. Coursou até o 3º ano do ensino médio dentro do sistema. Uma vitória movida pelo desejo de conquistar um conhecimento que foi lhe negado durante toda a sua infância, o deixando apenas com o segundo ano do ensino fundamental durante boa parte de sua vida. Quando o corpo negro, historicamente silenciado, se permite desejar, ele por si só inaugura sua própria educação do desejo carregada de idealizações e firmeza em cada palavra que reconhece em sua imagem a potência de um novo Brasil que pode vir a surgir. Mesmo que saibamos que essa educação, por vezes, seja realizada sem levar em consideração as classes inferiorizadas, em consequência não se firmam na sociedade como uma educação crítica e adequada. Para bell hooks (2017), é evidente que as diferenças de classes sociais são invisíveis no meio educacional, porém, nosso desejo por estudar e aprender nos ajuda a superar essas diferenças. Isto é, se colocar na balança da humanidade, estamos todos em busca de uma ascensão social que contribua com o desejo coletivo dos marginalizados em serem valorizados socialmente. Meu pai, frequentemente me comparava a seu professor: “Ele estudou na UNILAB, igual você estuda”, dizia ele, com esperança e orgulho em suas palavras, ao me ver alcançar um lugar profissional de destaque que ele sempre idealizou; assim como minha mãe que sonhava em ser professora de história e hoje se satisfaz com a minha docência, mesmo sem saber que esse seu entusiasmo era um sentimento de revolta contra o sistema sustentado pelo seu desejo em ver nossa identidade reconhecida enquanto negros e uma família imersa no sentimento de

solidão social pós-carcere. Hoje ele já se encontra longe das grades (físicas) do sistema penitenciário; não somente ele, como toda a minha família. Minha mãe deixou as grades no dia de seu aniversário, e dessa vez o seu bolo foi partido em casa. Acho importante trazer esse fato para concluir essa carta, pois mesmo que ainda tenhamos o sentimento de prisão destinado a todo o nosso tempo restante de vida, ainda somos guiados e movidos pelo desejo, que emerge de nossas entranhas, da liberdade de nossas raízes, corpos, mentes e almas.

Com gratidão e desejo,

Ylder Albano.

REFERÊNCIAS:

AKOTIRENE, Carla. É fragrante forjado dôtör vossa excelência: audiências de custódia, africanidades e encarceramento em massa no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

ALBANO, Ylder. TRANSFORMANDO. YouTube, 09 jan. 2025. Disponível em: <https://youtu.be/WsDxZqhKpp8?si=rpK5Ny8w6XXBL4gj>. Acesso em: 10 dez. 2025.

ALBANO, Ylder. TRANSformando a educação. YouTube, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3do9KKZZqsA>. Acesso em: 10 dez. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. CCJ do Senado rejeita PEC da Blindagem por unanimidade. Agência Brasil, Brasília, 24 set. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-09/ccj-do-senado-rejeita-pec-da-blindagem-por-unanimidade>. Acesso em: 09 dez. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. Quatro em cada dez jovens negros já foram excluídos no trabalho, diz pesquisa. Agência Brasil, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-11/quatro-em-cada-dez-jovens-negros-ja-foram-excluidos-no-trabalho>. Acesso em: 17 set. 2025.

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. Tradução de Pedro Davoglio. Revisão técnica de Juliana Borges. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

AMÂNCIO, Beatriz; LOUREIRO, Maria Eduarda. Seletividade penal: estudo do caso de Rafael Braga à luz da música “Estereótipo” de Rashid. Revista Transgressões: ciências criminais em debate, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 40-56, 2021.

A PÚBLICA. RJ tem operação mais letal de sua história, seis meses após reviravolta na ADPF das favelas. A Pública, São Paulo, 28 out. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/10/rj-tem-operacao-mais-letal-de-sua-historia-seis-meses-apos-reviravolta-na-adpf-das-favelas/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

AZEVEDO, Ana Karina Silva; MACIEL, Lucas Gomes; SOARES, Ana Carolina de Araujo; MORAIS, Pedro Sonehara de; CARVALHO, Bruna Gabriella; SOUZA, Lara Raquel Rodrigues e. Compreendendo o suicídio na população negra nordestina. Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 16, n. 2, p. 289-299, jun./ago. 2025.

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva: o conhecimento dos griôs. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 172-173.

BENTO, Cida. O pacto da Branquitude. 1.Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. São Paulo: Pólen; Sueli Carneiro, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Justiça. Plano Nacional para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras - ADPF 347 - PENA JUSTA. Brasília: MJSP; CNJ, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/pena-justa/sumario-executivo.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016. Brasília: Ministério da Saúde; Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade, 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 347: Reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional no Sistema Prisional Brasileiro. Brasília, DF: STF, 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=515220>. Acesso em: 20 set. 2025.

CÁRCERE. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online]. Lisboa: Priberam Informática, s.d. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/carcere>. Acesso em: 19 nov. 2025.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 8, n. 1, p. 607–630, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2010000100028&script=sci_arttext. Acesso em: 09 dez. 2025.

CARNEIRO, A. S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Programa de pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo – USP. Tese de Doutorado, 2005.

CHANG, Heewon. Autoethnography as method. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008. p. 71.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, cores, números. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Plano Pena Justa: Plano Nacional de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) nas Prisões Brasileiras. Brasília, DF: CNJ, 2025. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/plano-pena-justa/>. Acesso em: 21 set. 2025.

CNN Brasil. RJ: nenhum dos mortos identificados na operação estava na lista de alvos. CNN Brasil, 31 out. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/rj-nenhum-dos-mortos-identificados-na-operacao-estava-na-lista-de-alvos/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Revista Palmares: Cultura Afro-Brasileira, Brasília, n. 6, p. 28-33, 2005.

FANON, Frantz. Os condenados da Terra. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1952.

FÉLIX, Thiago; NASPOLINI, Julia. RJ: nenhum dos mortos identificados na operação estava na lista de alvos. CNN Brasil, São Paulo, 31 out. 2025. Atualizado em 31 out. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/rj-nenhum-dos-mortos-identificados-na-operacao-estava-na-lista-de-alvos/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FERRUGEM, Daniela. Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro: educação, política e identidade. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Vozes, 2017. GONZALEZ, Léila. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 68-75.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

KI-ZERBO, Joseph. História da África. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KILL BILL: VOL. 1. Direção: Quentin Tarantino. Estados Unidos: Miramax Films, 2003. Filme.

KILL BILL: VOL. 2. Direção: Quentin Tarantino. Estados Unidos: Miramax Films, 2004. Filme.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Lisboa: Edições 70, 2019.

LORDE, Audre. Irmã outsider. Tradução de Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOPES, Eduardo. Como a Lei de Terras perpetuou a opressão dos negros. Students For Liberty Brasil, 19 nov. 2020. Disponível em: <https://studentsforliberty.org/brazil/blog/como-a-lei-de-terras-perpetuou-a-opressao-dos-negros/>. Acesso em: 20 set. 2025.

LOPES, Júlia. Brasil terá Dia Nacional de Combate à Tortura. Senado Notícias, Brasília, DF, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/08/brasil-tera-dia-nacional-de-combate-a-tortura>. Acesso em: 20 set. 2025.

MACHADO, Ana Maria. Menina bonita do laço de fita. São Paulo: Moderna, 1986.

MARLEY, Bob. Redemption Song. Intérprete: Bob Marley. In: Uprising. Kingston: Tuff Gong, 1980. 1 disco sonoro (3 min 49 s). Faixa 10.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p. MEIRELLES, Héctor Babenco. Carandiru. Brasil: Columbia Pictures, 2003. 135 min. Diretor: Héctor Babenco.

MENDES, Emerson Castelo Branco. As injustiças da justiça. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Bruno Filipe Simões Antônio condenado por preconceito racial. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/09/20/mulher-negra-e-barrada-em-loja-de-fortaleza-e-policia-investiga-suspeita-de-racismo.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2025.

OLIVEIRA, Natália; RIBEIRO, Eduardo. O massacre negro brasileiro. Belo Horizonte: N'Zinga, 2018.

O PROGRESSO. Sociedade Beneficente Amigos da Pátria. O Progresso, São Paulo, 2019.

PENSADOR. Frase atribuída a José Saramago. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTI2MDkwMg/>. Acesso em: 09 dez. 2025.

PETRA COSTA. Apocalipse nos Trópicos. 2024. Documentário. Direção de Petra Costa. Brasil: Busca Vida Filmes. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/81989009>. Acesso em: 9 set. 2025.

PROENÇA, Leandro; LOPES, Herbert de Proença. Contribuições de Paulo Freire para uma Pedagogia do Desejo: apontamentos e diálogos. Em: LIMA, D. M. A.; PETROLA, D. A. F.; NASCIMENTO, V. S. (orgs.). Cadernos Freireanos. [recurso eletrônico]. Fortaleza, 2025.

PULP FICTION. Direção: Quentin Tarantino. Estados Unidos: Miramax Films, 1994. Filme.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RACIONAIS MC'S. O homem na estrada. In: RACIONAIS MC'S. Raio X do Brasil. São Paulo: Zimbabwe Records, 1993. 1 CD. Faixa 2.

RACIONAIS MC's. Diário de um detento. In: Sobrevivendo no inferno. São Paulo: Cosa Nostra, 1997. Faixa 9 (CD).

RESENDE, Tatiana. Onde está Amarildo? Tortura e desaparecimento na Rocinha. Folha de S.Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/706489973/Caso-Amarildo-quatro-anos-depois>. Acesso em: 1 out. 2025.

SERPA, Verônica. Mortes em prisões brasileiras são alarmantes, diz Observatório Nacional de Direitos Humanos. Alma Preta, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/populacao-prisional-chega-a-850-mil-no-brasil-70-dos-encarcerados-sao-negros/>. Acesso em: 22 set. 2025.

SILVA, Nathália da. Caso Mizael: 5 anos depois, família ainda busca justiça. G1 Ceará, Fortaleza, 2025. Disponível em: <https://observatorioseguranca.com.br/uma-vida-que-acaba-os-sonhos-que-morrem-caso-mizael-e-a-impunidade-na-brutalidade-policial/>. Acesso em: 29 set. 2025.

SOARES, Elza. A carne. Compositores: Geraldo Vandré; Geraldo Azevedo. In: SOARES, Elza. Do Cócix ao Pescoço. Rio de Janeiro: Maianga, 2002. 1 CD. Faixa 3.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STF – Supremo Tribunal Federal. Sistema prisional e dignidade humana: decisões e notas do julgamento da ADPF 347. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/pena-justa/decisao-stf-adpf.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

TENÓRIO, Jeferson. O avesso da pele. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TIMM, Camila; RABELO, Lúcia Sá. Prefixos e sufixos gregos e latinos: uma proposta de ensino. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

VIEIRA, Adriano; CARVALHO, Ediléia. Exclusão histórica: como a Lei de Terras do século XIX moldou a desigualdade racial no Brasil atual. Revista Sociedade Científica, 2025. Disponível em: <https://news.scientificsociety.net/2025/07/19/exclusao-historica-como-a-lei-de-terras-do-seculo-o-xix-moldou-a-desigualdade-racial-no-brasil-atual/>. Acesso em: 20 set. 2025.

WOODSON, Carter Godwin, 1875-1950. A (des)educação do negro / Carter Godwin Woodson; tradução e notas Naia Veneranda; prefácio Emicida. São Paulo: Edipro, 2021.